



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

ANDREZZA BORGES DA SILVA

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O EDUCADOR SOCIAL: o trabalho desenvolvido
pelos educadores sociais nos Centros de Assistências Sociais frente ao
atendimento de casos de violência doméstica.**

**GUARABIRA
2020**

ANDREZZA BORGES DA SILVA

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O EDUCADOR SOCIAL: o trabalho desenvolvido pelos educadores sociais nos Centros de Assistências Sociais frente ao atendimento de casos de violência doméstica.

Trabalho de Conclusão de Curso ou monografia apresentada a Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Área de concentração: Pedagogia Social.

Orientador: Prof. Dr. Estevam Dedalus Pereira de Aguiar Mendes

**GUARABIRA
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586v Silva, Andrezza Borges da.
Violência doméstica e o educador social [manuscrito] : o trabalho desenvolvido pelos educadores sociais nos Centros de Assistências Sociais frente ao atendimento de casos de violência doméstica. / Andrezza Borges da Silva. - 2020.
60 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2020.
"Orientação : Prof. Dr. Estevam Dedalus Pereira de Aguiar Mendes, Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."
1. Educador social. 2. CRAS. 3. CREAS. 4. Violação de direitos. I. Título

21. ed. CDD 370.115

ANDREZZA BORGES DA SILVA

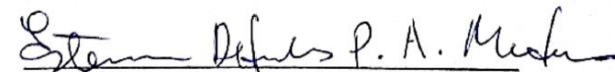
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O EDUCADOR SOCIAL: o trabalho desenvolvido pelos educadores sociais nos Centros de Assistências Sociais frente ao atendimento de casos de violência doméstica.

Trabalho de Conclusão de Curso ou Dissertação apresentada a Coordenação do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura.

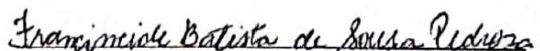
Área de concentração: Pedagogia Social.

Aprovada em: 20/11/2022

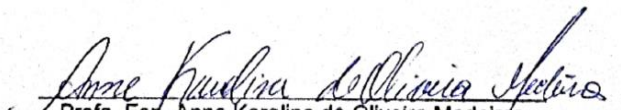
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Estevam Dedalus Pereira de Aguiar Mendes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. Francineide Batista de Sousa Pedrosa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Esp. Anne Karoline de Oliveira Medeiros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Ao meu Senhor por toda honra e toda glória, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Antes de todos, minha gratidão maior ao meu Senhor, por me fazer viva e digna de todo seu amor e cuidado ao longo de toda minha trajetória.

Ao meu orientador Estevam, por todo apoio e auxílio durante todo período de orientação, por ter acolhido minha ideia desde o princípio, e por me ajudar no necessário, minha eterna gratidão!

A coordenação do curso de Pedagogia do Campus III por todo auxílio ao longo deste curso.

Aos meus pais, irmãos e avó, pelo cuidado durante toda minha vida, por sempre acreditarem em mim, e me apoiarem em tudo.

Ao meu esposo e companheiro de vida Willian Evane, por além de dividir sua vida comigo, me encorajar a conquistar tudo que desejo me apoiando e me incentivando, confiando na minha capacidade e me auxiliando em tudo que necessito.

A minha família de modo geral, na forma de sogros, tias, madrinha, compadres, primos, cunhados, enfim, todos aqueles que se fazem minha família e compartilham suas vidas comigo.

Aos meus amigos, por serem parte essencial na minha vida se fazendo apoio para todos os momentos, que sempre cuidaram de mim e acolheram meus sonhos como deles.

A uma amiga em especial Rafaela Alves, por se fazer essencial durante todos esses anos, por dividir comigo as alegrias e tristezas desta vida e por toda ajuda durante a construção deste trabalho.

A minha turma de Alagoa Grande que compartilharam as alegrias deste curso, mais não somente isso, que se fizeram presentes e apoio até durante os momentos de desesperos que este curso nos proporcionou, no nome de Valquíria, Silvaneide, Fernanda, Julyanne e Petrônio.

Aos meus amigos da turma de Pedagogia 2015.1, por se fazerem essenciais durante todo o percurso acadêmico, e compartilharem comigo todos os momentos que ele proporcionou.

Enfim, a todos que se fizeram presentes durante este curso, a minha gratidão!

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.”
(Paulo Freire)

RESUMO

O presente estudo é uma pesquisa de caráter exploratório sobre o trabalho desenvolvido por educadores sociais nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS). O foco desta pesquisa é o atendimento a casos de violência doméstica. O Brasil registra índices alarmantes acerca desta temática o que implica no desenvolvimento de políticas que busquem coibir esta prática. Trata-se de uma realidade marcada por complexas relações sociais e por políticas públicas que pretendem conter ou tratar esses fenômenos. Este trabalho ainda discorre acerca da jornada percorrida pela Política de Assistência Social no Brasil até a sua consolidação, enquanto política pública nacional de dever do Estado que aconteceu com a Constituição federal de 1988. Foram abordadas também questões sobre a violência e a vulnerabilidade social no país. Quanto ao aporte teórico deste estudo foram utilizados teóricos como COSTA (2015), FERREIRA (2013), GIL (2008), LIMA (2008), SANTOS e BRUN (2020), entre outros. O estudo objetivou de maneira geral compreender como acontece o atendimento ofertado por estes profissionais da educação social, nos casos caracterizados de violência doméstica nos CRAS e CREAS onde prestam seus serviços profissionais. A metodologia adotada por este trabalho incluiu a realização de uma pesquisa quantiqualitativa de caráter exploratória. Optamos por uma entrevista realizada através da aplicação de um questionário como instrumento de coleta dos dados. O público alvo foi 6 educadores sociais que atuam nos CRAS e CREAS de seis cidades do brejo paraibano. A partir da análise dos dados recolhidos foi possível perceber as principais dificuldades dos educadores para este atendimento, as características referentes a estes casos, além da percepção deste profissional como parte integrante dos serviços da rede socioassistencial, já que ele compõe a equipe multidisciplinar. Assim, foi possível concluir sobre a importância deste profissional durante estes atendimentos e acerca da educação social enquanto agente transformador no processo de socialização.

Palavras-Chave: Educador social. CRAS. CREAS. Violação de direitos.

ABSTRACT

The present study is an exploratory research on the work developed by social educators at the Social Assistance Reference Centers (CRAS) and Specialized Social Assistance Reference Centers (CREAS). The focus of this research is to address cases of domestic violence. Brazil registers alarming rates on this theme, which implies the development of policies that seek to curb this practice. It is a reality marked by complex social relations and public policies that intend to contain or treat these phenomena. This work also discusses the journey taken by the Social Assistance Policy in Brazil until its consolidation, as a national public policy of State duty that happened with the 1988 Federal Constitution. Issues about violence and social vulnerability in the country were also addressed. As for the theoretical contribution of this study, theorists such as COSTA (2015), FERREIRA (2013), GIL (2008), LIMA (2008), SANTOS and BRUN (2020), among others, were used. The study aimed in general to understand how the care offered by these social education professionals happens, in the cases characterized by domestic violence in the CRAS and CREAS where they provide their professional services. The methodology adopted by this work included carrying out an exploratory quantitative and qualitative research. We opted for an interview conducted through the application of a questionnaire as an instrument for data collection. The target audience was 6 social educators working in the CRAS and CREAS of six cities in the swamp of Paraíba. From the analysis of the data collected, it was possible to perceive the main difficulties of educators for this service, the characteristics referring to these cases, in addition to the perception of this professional as an integral part of the services of the social assistance network, since he is part of the multidisciplinary team. Thus, it was possible to conclude about the importance of this professional during these consultations and about social education as a transforming agent in the socialization process.

Keywords: Social educator. CRAS. CREAS. Violation of rights.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 – Perfil dos educadores entrevistados	40
Tabela 2 – O trabalho de um educador social	42
Tabela 3 – O recebimento de casos de violência doméstica	43
Tabela 4 – Acompanhamento de casos de violência doméstica	44
Tabela 5 – Ações desenvolvidas pelos educadores sociais	45
Tabela 6 – Ações desenvolvidas a partir do não funcionamento das suas intervenções	46
Gráfico 1 – Formação ideal para uma boa atuação profissional enquanto educador social	48
Gráfico 2 – Fornecimento de recursos	49
Gráfico 3 – A confiança social no trabalho socioassistencial	50
Gráfico 4 – O reconhecimento social do educador social	50
Gráfico 5 – Dificuldade no atendimento a casos de violência doméstica	51
Gráfico 6 – A relação entre a efetividade dos números casos atendidos e existentes	52
Gráfico 7 – Acompanhamento escolar as crianças expostas a estes casos ...	53
Gráfico 8 – Como você caracteriza a importância do trabalho do Educador Social como campo de atuação da Pedagogia?	54
Gráfico 9 – A satisfação enquanto profissional	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF	Constituição Federal
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NOB	Norma Operacional Básica
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNAS	Política Nacional da Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA	16
1.1	Centro de Referência de Assistência Social – CRAS	20
1.2	Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS	22
1.3	Educador Social: atuação profissional e pedagógica	24
2	VIOLÊNCIA E VULNERABILIDADE SOCIAL	27
2.1	Violência doméstica	29
2.2	Violência contra a criança	33
2.3	O papel do Estado no enfrentamento a violência	36
3	O TRABALHO DE EDUCADORES SOCIAIS NO ATENDIMENTO A CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NOS CRAS E CREAS DE CIDADES DO BREJO PARAIBANO	38
3.1	Metodologia	38
3.2	Análises da pesquisa	40
3.2.1	<i>Apresentação das Tabelas</i>	40
3.2.2	<i>Exibição dos gráficos</i>	47
	CONCLUSÃO	56
	REFERÊNCIAS	58
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	60
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO	63

INTRODUÇÃO

Ao pensar sobre violência somos levados a grandes discussões em relação à sua criminalização. Estamos inseridos em uma sociedade que detém índices preocupantes de violação de direitos e isto influencia diretamente no desenvolvimento de políticas públicas que pretendem diminuir e tratar estes casos. No Brasil, a violência doméstica afeta a vida de milhares de sujeitos. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020)¹ revelou que no ano de 2019 o país registrou 226.310 casos de lesões decorrentes de violência doméstica.

Na tentativa de auxiliar no enfrentamento à violência e à quebra de direitos humanos, além de visar a diminuição destes atos prevenindo e atendendo as vítimas em suas fragilidades, a Política de Assistência Social Brasileira enfrentou momentos complexos durante seu processo de consolidação em nosso país. Com surgimento no Serviço Social a partir do século XX, na época aliada ao catolicismo, foi um longo processo para que a Assistência Social superasse seu caráter de beneficência. Isso só seria possível com a Constituição Federal de 1988, que consolidou uma Política Pública de Assistência Social que compõe o tripé da seguridade social do país, aliado a saúde e a previdência social. É importante frisar que foram anos de discussões profissionais e cobranças pelos movimentos sociais.

O educador social surge como profissional da educação social com competências e habilidades para a realização de intervenções pedagógicas necessárias para este atendimento socioassistencial no SUAS. Ele é construído a partir da necessidade de uma atuação que pudesse auxiliar no desenvolvimento de serviços que visavam a assistência a situações conflitantes e de violação de direitos.

Diante deste cenário, senti a necessidade de discutir esse tema que veio a se unir com o meu interesse por problemas sociais. O que foi cada vez mais sendo alimentado nas discussões acadêmicas ao longo deste curso. Resolvi assim buscar entender e analisar como ocorre o trabalho desenvolvido por estes profissionais mediante o atendimento a casos caracterizados de violência doméstica. Busco conhecer também um pouco mais sobre o cenário de problemas sociais que o país do qual faço parte possui, principalmente sendo mulher e tendo forte ligação emocional com a área educacional.

¹ Disponível em: FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 14, 2020.

A frente destes interesses, objetivo neste trabalho compreender como se dá o trabalho desenvolvido pelos educadores sociais mediante o atendimento a casos de violência doméstica nos Centros de Assistências Sociais (CRAS/CREAS).

Além disso, busco conhecer o processo de consolidação da assistência social enquanto política pública brasileira, o fenômeno da violência no Brasil e o trabalho de um educador social enquanto profissional da educação social. Com isso refletir acerca das dificuldades encontradas por estes profissionais durante o desenrolar do seu trabalho, pensar sobre a importância do enfrentamento à violência doméstica frente aos altos índices que ela possui e reconhecer a importância do trabalho socioassistencial desenvolvido por estes profissionais.

Para a realização metodológica desta pesquisa, inicialmente estava previsto uma observação participante que foi interrompida devido a declaração mundial de pandemia pela COVID 19 que impossibilitou esta participação de forma presencial. Sendo assim, diante de uma nova realidade e das exigências dos profissionais envolvidos na construção deste trabalho optamos por realizar uma pesquisa exploratória de caráter quantitativa, a partir de uma entrevista com base em questionário. A respeito do aporte teórico deste estudo, foram utilizadas contribuições teóricas de autores como COFFERI e NOGARO (2010), CONCEIÇÃO (2013), COSTA (2015), FERREIRA (2013), GIL (2008), LIMA (2008) SANTOS e BRUN (2020), entre outros.

O presente trabalho apresenta sua divisão em 3 partes. A primeira discute a trajetória de consolidação da Política de Assistência Social Brasileira, enquanto política pública de dever de Estado. A segunda parte propõe uma reflexão acerca da violência no Brasil e a vulnerabilidade social dos indivíduos. Na terceira parte são apresentados os dados e as discussões referentes a realização desta pesquisa.

1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

Para entendermos a maneira como a Assistência Social se consolida como Política de Assistência Social no Brasil, se faz necessário conhecermos a trajetória pela qual se deu seus limites e posicionamentos e a maneira como foram ocorrendo suas transformações e nomenclaturas até a nossa atual Constituição Federal de 1988. Momento em que ela é afirmada como Política Pública e aliada à saúde e à previdência social passa a formar o tripé da seguridade social do país.

No Brasil, até meados de 1930, não existiam ações afirmativas do Estado na área social e toda pouca assistência social provida aos brasileiros era advinda da Igreja Católica com suas raízes na prática do assistencialismo, além do trabalho social desenvolvido pelas instituições de caridade. As práticas sociais desenvolvidas na época possuíam muito mais uma natureza disciplinadora que assistencial. Isso acontecia devido a compreensão dos problemas sociais como disfunção individual, que na maioria das vezes era tratada pelo aparelho repressor do Estado, a polícia.

Somente com a Revolução de 1930 e o governo de Getúlio Vargas foi que o Estado passou a assumir novos papéis, reconhecendo que precisava de novas funções e posturas sociais. A partir daí, ele passa a organizar e regular as condições sociais visando um projeto desenvolvimentista de urbanização e industrialização que contava com a criação de empresas nacionais que objetivava crescimento econômico e a recriação da identidade nacional.

Nesse mesmo período ocorreu a consolidação das Leis Trabalhistas que trouxe importantes ganhos à classe trabalhadora, influenciando diretamente às práticas de assistência social, já que só era entendido como cidadão aqueles pertencentes ao mercado formal de trabalho. Apenas esses trabalhadores poderiam ter acesso a algum tipo de benefício previdenciário. O que pode ser entendido não só como conquista da classe trabalhadora, mas também como estratégia da classe dominante, já que com isso arrefeceria os conflitos de classe e traria também ganhos aos dominantes.

Como se pode observar a consolidação das Leis trabalhistas foi muito importante para a classe trabalhadora, onde se garantiram direitos importantes como férias, redução da carga horária de trabalho e a garantia de um pouco mais de segurança no seu ambiente de trabalho, porém foi também um grande ganho para o empresariado, pois com a criação das leis trabalhistas viu-se a possibilidade de manter a classe trabalhadora

“domesticada”, evitando manifestações futuras por parte deles e mantendo-os sob controle. (FERREIRA, 2013, pág. 15)

Os ganhos geridos pela chegada das Leis trabalhistas não foram apenas para os trabalhadores, mas também para os burgueses que conseguiam controlar a demanda de solicitações dos seus funcionários e evitar o surgimento de movimentos sociais e de uma tão temida revolução social, que acarretaria em grandes perdas políticas e econômicas para classe dominante.

Apenas no ano de 1942 é que vamos ter a primeira presença burocrática de uma instituição de assistência social no Estado brasileiro, a denominada Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), que foi criada ainda no governo de Vargas com o objetivo de legitimar o seu governo a partir da tática do assistencialismo como maneira de dominação política.

Nesse período, a LBA desenvolveu trabalhos em quase todas as áreas da assistência social e atuava em níveis federais, estaduais e municipais. Para desenvolver estas novas funções ela precisava de profissionais capacitados e de instituições que pudessem efetivar estes trabalhos, fazendo com que ela se unisse às Escolas de Serviços Sociais.

A junção entre a LBA e as escolas de Serviço Social foi importante para ambos, pois a LBA necessitava de profissionais e de uma atuação mais técnica do que a desenvolvida até então, e o Serviço Social enquanto profissão passava por um período de legitimação. (FERREIRA, 2013, pág. 16).

Até a chegada do governo militar em 1964 através do golpe, toda assistência de caráter social prestada a população brasileira tinha como modelo essa assistência restrita a trabalhadores do mercado formal, com intuito de prestar assistência para controlar possíveis movimentos e greves. Com o golpe, os militares aliam-se aos interesses do mercado econômico e passaram a restringir as políticas de apoio e atendimento à sociedade em geral com a centralização do poder das estatais e a burocratização do governo com o autoritarismo e as mudanças nas relações do trabalho, além da utilização da força, coerção e violência como métodos de controle social. Assim, o Estado passa a ter um aumento dos problemas sociais.

Neste contexto, a demanda social passa a ser atendida pelo binômio repressão x assistência, onde as ações assistenciais passam a ser utilizadas pelo aparato estatal como forma de amenizar o estado de

empobrecimento da população e em nome da segurança nacional, evitando que os trabalhadores realizassem alguma mobilização. O Estado procurou aliançar-se a elite para ampliar a ação assistencial através de programas, benefícios e serviços (FERREIRA, 2007 e MESTRINER, 2008. apud FERREIRA, 2013, pág. 17.)

É ao longo do período militar que se constitui o Estado assistencial que desenvolve projetos, serviços e programas de assistência social que prestava apoio à população com abrangência populacional quase que total. Nesse momento, ela passa a integrar não mais apenas os trabalhadores do mercado formal, mas toda população urbana e parte da população rural, todavia, tais serviços eram desenvolvidos de acordo com a necessidade da população em suas faixas etárias, o que não prioriza as raízes dos problemas e assim não se obtém êxito total, pois eram tratadas apenas os problemas e não suas causas, cenário este que ainda se perpetua até os dias atuais em muitas situações.

Em vista da então conjuntura política e social do Estado brasileiro, Ferreira 2013 (pág. 18) afirma que:

Diante de um cenário de grande mobilização e reivindicação de práticas inovadoras e eficazes na área social, iniciou-se um processo de discussões sobre a formulação de uma política pública de assistência social que fosse assegurada constitucionalmente.

O período de 1980 a 1990 foi marcado por grandes transformações nas áreas sociais e políticas com avanços nas duas áreas, além de grandes ganhos no âmbito democrático que impulsionaram as discussões e estudos na área da assistência social. A criação da Constituição Federal de 1988 fez com que a Assistência Social se tornasse, enfim, direito de todos os cidadãos brasileiros cabendo ao Estado provê-la e garanti-la.

A partir daí, a Assistência Social torna-se um dos tripés da seguridade social do país ao lado da saúde e da previdência social, sendo garantida no art. 194 da Constituição Federal de 1988 e aprovada no dia 5 de outubro, afirmando que:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. (EC no 20/98) (BRASIL, 2016, p. 117).

Essa inserção significa a consolidação da assistência social como uma política pública de dever do Estado a todo aquele que necessitá-la, e assim, esse momento passa a ter grande importância para esta área, já que é a partir daqui que

a sua cobertura e serviços são garantidos constitucionalmente a todos aqueles que antes se encontravam desassistidos desse apoio, o que não significa necessariamente que esta garantia ocorra na prática, pois sabemos que muitas pessoas ainda não possuem acesso a estes serviços.

Sentindo a necessidade de regulamentar todos os avanços, que foram conquistados com a CF de 1988, se fez necessário aprovar leis orgânicas. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) sofreu atraso na sua aprovação devido a consolidação, a partir da década de 1990, do neoliberalismo no Brasil com a eleição para presidente de Fernando Collor de Melo, que implanta o neoliberalismo no país. O que no campo da assistência social significou alterações nas propostas que já estavam em vigor, propondo cortes nos gastos da área social, a desativação de programas sociais e a redução do papel do Estado perante os programas públicos sociais. Collor acabaria vetando o projeto de Lei Orgânica da Assistência Social.

Com este cenário social e político começa a se desenvolver grandes discussões e debates sobre as políticas de assistência social oferecidas pelo governo brasileiro. Com o afastamento de Collor do comando do país em 1992, Itamar Franco assumiu o comando de um país com diversos problemas sociais e econômicos. Assim, perante um cenário de forte pressão social e popular em dezembro de 1993, o então presidente Itamar Franco sanciona a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de nº 8.742, o que configura mais um grande passo para o desenvolvimento do atendimento social do país.

A regulamentação da LOAS significou um passo muito importante para Assistência Social no Brasil, mas não ficou somente nessa conquista, a partir dessa regulamentação novas necessidades foram surgindo e por isso viu-se a importância de criar uma Política Nacional para a área de assistência social, pois a LOAS é um instrumento legal que regulamentou os pressupostos trazidos na Constituição Federal, instituindo programas, serviços, benefícios e projetos destinados ao enfrentamento da questão social. A Política Nacional de Assistência Social virá para concretizá-los, buscando incorporar as demandas da sociedade no que tange à responsabilidade política, tornando claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. Mas, até a implementação da Política Nacional de Assistência Social que só virá ocorrer no ano de 2004, o país passou por um período difícil na área social. (FERREIRA, 2013, pág. 24.)

Com a fragilização dos serviços de carácter assistencial provocado pelos governos que vieram após a Constituição de 1988, a assistência social brasileira passou por momentos de instabilidade com as tentativas de desconstrução dos

direitos que haviam sido garantidos constitucionalmente após as constantes discussões e pressão provocadas pela sociedade.

Somente com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva em 2002, foi que a Assistência Social passou a desenvolver fortes expectativas de crescimento. O que ocorreu devido a eleição de um partido com forte apelo social e de democracia. Apesar da dificuldade do seu primeiro mandato, a assistência social alavancou nesse governo e em dezembro de 2003, durante a realização da IV Conferência Nacional de Assistência Social, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que implementa a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) o que possibilita a efetivação dos princípios e diretrizes definidos na LOAS.

[...] ampliaram-se os usuários da política de assistência social, englobando agora não somente os usuários considerados tradicionais, como as pessoas mais pauperizadas, mas também pessoas que estão desempregadas, ou que se encontram no mercado informal de trabalho, usuários de drogas, entre outros. Além disso, essa nova política passa a ter como foco principal a família, crescem os programas, projetos e serviços voltados para ela buscando o fortalecimento da mesma, no enfrentamento de suas necessidades sociais. (FERREIRA, 2013, pág. 29-30).

Seguindo os avanços pós Constituição de 1988, “O SUAS materializa o conteúdo da LOAS, cumprindo no tempo histórico dessa política as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social.” (SANTOS e BRUN, 2015, pág. 6). Podemos notar a importância histórica e social tanto da PNAS quanto do SUAS, que trazem propostas históricas e importantes para a área da assistência social, pois promovem ações que objetivam resolver problemas sociais e prestar apoio a todos os sujeitos que precisem destes serviços.

Portanto, a fim de atender todas as demandas com o serviço de proteção social, a PNAS divide-se em Proteção Social Básica e em Proteção Social Especial de alta e média complexidade, que veremos a seguir.

1.1 Centro de Referência de Assistência Social – (CRAS)

O Serviço de proteção social em sua proteção básica tem como unidade executante o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Trata-se de uma unidade pública de prestação de serviços socioassistenciais que deve prestar

atendimento em territórios de referência local e regional às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, objetivando a prevenção de situações de risco a partir do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) é um equipamento social configurado como unidade pública estatal, descentralizado da Política de Assistência Social, conforme a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/2005 (Resolução CNAS nº 130 de 15/07/2005) e Lei 12.435/11, artigo 6. Possui basicamente três funções: oferta de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica para as famílias, seus membros e pessoas em situação de vulnerabilidade social; articulação e fortalecimento da rede de Proteção Social Básica local; prevenção de situações de risco em seu território de abrangência, fortalecendo vínculos familiares e comunitários e garantindo direitos. Destaca-se que o principal serviço ofertado é o PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família. Esta Unidade pública estatal concretiza, de imediato, dois dos principais eixos estruturantes do SUAS: matricialidade familiar e territorialização. O CRAS tem obrigatoriedade e exclusividade na oferta do PAIF e, como um equipamento social que desenvolve serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica, tem o compromisso de prestar serviços continuados às famílias e seus membros, fortalecendo vínculos familiares e comunitários, prevenindo situações de risco no território. (FERNANDES e HELLMANN, 2016, pág. 44).

Para isso se faz necessário que a proteção básica conte com os benefícios de prestação continuada, dos benefícios eventuais e com o desenvolvimento de serviços e programas de proteção e inclusão. Esses recursos devem ser oferecidos a todos aqueles sujeitos que deles necessitarem nos Centros de Assistência Social (CRAS) pelos profissionais que ali fazem suas composições.

Os profissionais que atuam nessas unidades são os responsáveis por executar atividades referentes aos serviços, programas e projetos ofertados às famílias e indivíduos, públicos alvos encaminhados e referenciados pela rede de serviços. A equipe deve ser selecionada por meio de concurso público ou processo seletivo temporário por recomendação do MDS, devendo ser qualificada (formação/capacitação) para os serviços antes de iniciar as atividades e em relação à quantidade de funcionários necessários para o funcionamento deve ser levado em consideração o número de famílias cadastradas. (ALVES, 2019, pág. 17.)

A configuração do espaço físico das unidades de proteção básica é proposta pela gestão federal da assistência social, que determina um local onde se possa conter uma recepção, sala de atendimento, de multiuso, de coordenação, copa, banheiro, e almoxarifado, conforme as determinações da NOB/SUAS.

A equipe de referência para atendimento tem sua quantidade de profissionais determinadas a partir do porte do município em questão, sendo sua divisão como Pequeno Porte I para locais com até 20.000 habitantes, que vão contar com 01

assistente social, 01 psicólogo e 02 profissionais de ensino médio. Já os municípios com até 50.000 habitantes, são denominados de Pequeno Porte II que passam a contar com 02 assistentes sociais, 01 psicólogo e 03 profissionais de ensino médio. Os municípios acima desta quantidade habitacional são considerados de médio ou grande porte, e metrópoles, que contam com 02 assistentes sociais, 01 psicólogo, 01 profissional de ensino superior e 04 de ensino médio.

Sabendo disto, podemos entender que a quantidade de profissionais designados para atendimento em âmbito social está aquém do necessário nos municípios, o que prejudica a qualidade dos serviços prestados e que contribui para um dos maiores problemas da assistência social no Brasil, que além dos grandes avanços em suas garantias e abrangências, continua tendo muito o que avançar nos próximos anos.

[...] Dentre os desafios da prática no e do SUAS está a importância do desenvolvimento de metodologias que garantam o trabalho integrado entre os níveis de proteção Social, assim como da participação do usuário e da defesa dos direitos socioassistenciais. Este desafio pressupõe investimento em capacitação continuada, educação permanente para a equipe do CRAS, condições de trabalho para a equipe, assim como de acessibilidade dos usuários. Pressupõe, ainda, compromisso ético e político da gestão e dos trabalhadores do SUAS na constituição da participação dos usuários no cotidiano dos serviços, em sua autonomia e protagonismo individual, familiar e comunitário. O CRAS, seus gestores e trabalhadores estão desafiados, com tudo isso, a romper paradigmas que apontam para uma outra lógica de desenvolvimento que parta da garantia da proteção social, como direito fundamental à vida e à sociedade. (FERNANDES e HELLMANN, 2016, pág. 46).

1.2 O Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS)

Ainda segundo a PNAS, o sistema de proteção social tem como unidade executante da proteção social especial de alta e média complexidade o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS). Este serviço é destinado a famílias e indivíduos em situações de violação de direitos como abandono, maus tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual, situação de tráfico, idoso em isolamento social, entre outras formas de violação de direitos.

Este equipamento social oferta serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, que são: Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Além destes, o CREAS deve oferecer o serviço de

Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), que é o preponderante entre os serviços. Tem a função de contribuir com a análise e o enfrentamento à violência/violação de direitos fortalecendo a família na superação do risco social a que foi submetida [...] (FERNANDES e HELLMANN, 2016, pág. 47.)

O trabalho desenvolvido nos CREAS deve integrar os direitos socioassistenciais, executando com qualidade os serviços prestados e fornecendo os elementos necessários para que os seus usuários possam superar as violações sofridas, com base na perspectiva da garantia da segurança socioassistencial.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é uma unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional, de prestação de serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados, promovendo a integração e esforços, recursos e meios para enfrentar a dispersão dos serviços e potencializar a ação para os seus usuários, envolvendo um conjunto de profissionais e processos de trabalhos que devem ofertar apoio e acompanhamento individualizado especializado. [...] (ALVEZ, 2019, pág. 17)

Sendo assim, o CREAS deve fornecer serviços que sejam conduzidos a partir do trabalho de profissionais especializados para suas funções, que possam prestar sua atividade profissional ao CREAS com o objetivo de compor e auxiliar da melhor maneira possível seus usuários, garantindo-lhes a superação da violação dos seus direitos.

Estes serviços prestados pelos CREAS poderão ser implantados com abrangência local ou regional, de acordo com o porte, nível e demanda dos municípios que são definidas a partir de uma divisão semelhante a que acontece no CRAS. As suas recomendações para funcionamento o CREAS tem como indicação a garantia de acessibilidade para todos os seus usuários em sua estrutura física, que contenha um ambiente acolhedor que facilite a identificação do público ali atendido lhe garantindo apoio e sigilo.

Quanto a sua composição para execução de serviços, o CREAS classifica-se conforme as determinações da Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), que recomenda que os municípios de pequeno porte I e II uma equipe composta por 01 coordenador, 01 assistente social, 01 psicólogo, 01 advogado, 02 profissionais de nível médio ou superior e 01 auxiliar administrativo. Nos municípios classificados como médio ou grande porte e metrópoles suas equipes são por 01 coordenador, 02

assistentes sociais, 02 psicólogos, 01 advogado, 04 profissionais de ensino médio ou superior e 02 auxiliares administrativos.

Conforme Fernandes e Hellmann 2016 (pág. 49): “[...] A proteção social especial constitui-se avanço nos processos de democratização, cidadania e garantia de segurança à vida junto aos segmentos populacionais em situação de risco social.[...]”, sendo assim, o trabalho da equipe de assistência social especial deve entender e auxiliar o usuário em seu momento de fragilidade e de violação de direitos humanos fundamentais. O que a configura como apoio de extrema importância nestes momentos, que necessita de um trabalho capacitado para conseguir quebrar os paradigmas já existentes na nossa realidade.

1.3 Educador Social: atuação profissional e pedagógica

A figura do educador social está ligada à perspectiva socioeducativa, ela surge da necessidade de se obter um profissional que esteja relacionado a este contexto. Trata-se de um profissional capacitado para atuar em espaços que sejam reclusos a escola, que possam intervir em situações de vulnerabilidade social com projetos e ações que mudem a realidade social em que os sujeitos atendidos se encontram.

A medida em que cresciam as situações conflitantes e os problemas envolvendo a violação de direitos de crianças, adolescentes e idosos, o que provocava cada vez mais preocupação e incômodo a nível social, sentiu-se a necessidade de se obter um profissional da educação social que pudesse contemplar as necessidades de atuação profissional que existiam.

Na sociedade brasileira constata-se a necessidade de uma efetiva competência da rede de proteção no campo dos direitos sociais, de caráter universal ocupando, lugar de destaque na política de Estado, o qual deve, radicalmente, combater a perversa desigualdade social brasileira. Notadamente o campo de trabalho do educador social é bastante amplo e abrangente, porém não há uma formação específica. O profissional da educação social desempenha funções desde ações pedagógicas, intervenções sociais e orientações e aconselhamento. Todavia, a Educação social ainda não tem seu reconhecimento legal. Para se compreender o porquê da denominação de “Educação Social”, pelo campo distinto de sua atuação, ou seja, os espaços não escolares é preciso deflagrar quem são os sujeitos e como se movimentam socialmente. A Educação Social se caracteriza pela função do trabalho voltado aos diferentes espaços sociais principalmente destinados a inclusão dos grupos em desvantagem na sociedade. Seu campo de trabalho está integrado às diferentes áreas

sociais. Todavia não se pode dizer com exatidão qual é a identidade do Educador Social, já que seu trabalho não encontra respaldo em uma lei regulamentada como exercício de função por órgãos públicos (GARRIDO, 2011, p. 23 apud GARRIDO, pág. 5).

As suas competências pedagógicas e profissionais ainda se encontram em formação, já que se trata de uma área ainda recente em termos de atuação; mas, já podemos entender a figura do educador social como profissional socioeducativo que atua em instituições da assistência social desenvolvendo a promoção e a integralização social de indivíduos, famílias ou comunidades expostas a situações de risco ou vulnerabilidade social. Para isto, é utilizado ferramentas pedagógicas como projetos, atividades e afins, com o intuito de intervir na posição social em que estes indivíduos se encontram socialmente.

Como funções do educador social, temos as de cunho socioeducativo, relacionadas à comunidade, ao desenvolvimento de projetos comunitários, com a contribuição de vários profissionais. Trabalho dirigido à atenção de problemáticas individuais, unidades familiares, ou da comunidade. Informação, orientação e assessoramento para pessoas, oportunizando serviços e recursos sociais que estejam a seu alcance e possam facilitar a intervenção educativa, adaptando-os a cada caso. Funções de elaboração, acompanhamento e avaliação do plano de trabalho educativo, realizado tanto individualmente ou em equipes multidisciplinares; relacionadas com a intervenção exclusivamente educativa, em que o educador social fará parte de todo processo. Atua na prevenção e detecção de situações de risco ou de exclusão social dos sujeitos, de suas famílias e grupos de relacionamentos. COFFERRI e NOGARO, 2010, PÁG. 12.

Sabendo destas designações, é preciso compreender a importância sociocultural do educador social enquanto profissão. Sua formação é fundamental neste processo pois é a partir dela que este profissional vai desenvolver habilidades de extrema necessidade durante sua vida profissional. Sua posição profissional também é de bastante relevância no quadro socioassistencial brasileiro, pois é a partir dele e da equipe que são desenvolvidos projetos e ações que vão moldar o apoio assistencial aos usuários e assim auxiliá-los na superação de problemas sociais que os afetam tanto socialmente quanto subjetivamente.

Se faz de extrema necessidade o seu reconhecimento enquanto profissão, mas não só isso, é necessário que suas habilidades estejam aliadas e fundamentadas nos objetivos de sua atuação, pois ele enquanto educador não deve produzir apenas o necessário para a intervenção social. Mas promover uma superação de dificuldades enquanto sujeitos e a promoção de uma transformação

social, que esbarra da educação para o futuro, que deve ser também uma competência enquanto educador.

Compreendendo a relevância social que o educador social deve possuir, precisamos alavancar os debates e discussões enquanto educação social, que se mostra de extrema necessidade em momentos delicados como o atual. A quebra de direitos se faz cada vez mais presentes em nosso dia a dia, e assim, a atuação socioassistencial se faz cada vez mais necessária.

Diante destas informações, é fundamental conhecermos aspectos relacionados à violência, já que ela influencia diretamente na necessidade de se promover serviços socioassistenciais e com isso, no capítulo a seguir, poderemos discutir este fenômeno que se encontra em índices ascendentes no Brasil e produz resultados que influenciam no atendimento socioassistenciais e também no âmbito educacional.

2 VIOLÊNCIA E VULNERABILIDADE SOCIAL

Segundo Conceição 2013 (pág. 2): “O fenômeno da violência tem sido tema presente em diferentes espaços de discussão da sociedade contemporânea, porquanto sua intensificação ameaça o poderio econômico das elites dominantes e a própria existência da humanidade.” Por este motivo, é de extrema importância e necessidade a preocupação com os rumos que a sociedade pode ter devido a grave emergência da violência.

Discutir sobre violência nunca foi fácil, pois trata-se de um âmbito que envolve violação de direitos, questões de valores morais e dimensões políticas e ideológicas, o que acontece recorrentemente em nossa sociedade e dificulta a discussão sobre o tema. A violência, embora em nomenclaturas diferentes, se fez sempre presente e com o passar dos tempos e as mudanças ocorridas dentre os séculos, a preocupação com ela e suas consequências passou a gerar grande repercussão e, principalmente, preocupação.

Constata-se que nas sociedades regidas pelo capital a única preocupação é favorecer a sua própria expansão e o acúmulo de riquezas. Para tanto, é necessário desfazer todos os entraves ao seu desenvolvimento, utilizando-se de qualquer meio disponível. O uso da violência é o recurso mais frequente que garante o retorno imediato e satisfatório para os objetivos da classe dominante. (CONCEIÇÃO, 2013, pág. 3)

É esperado numa sociedade regida pelo capitalismo que as maiores preocupações do Estado se tornem as ligadas ao poderio econômico. Nesse contexto, a violência pode se tornar um meio para se alcançar este objetivo. Na sociedade capitalista, o homem acabou transformado num mero produtor de mercadoria que através da venda de sua força de trabalho (geralmente muito mal paga) obtém ganhos para sua sobrevivência. O barateamento da mão de obra está geralmente associado a trabalhos desumanos.

Com isto, somos levados a refletir sobre a ideia de utilização da violência enquanto perspectiva de justiça, onde são utilizados meios de características violentas para se conquistar algo provocando assim um ciclo violento. Para Misse 2015 (pág. 47):

Outra questão importante quando se trata de violência é a de suas diferentes formas e do problema da equivalência. Todas as formas de

violência são equivalentes ou não? Estruturas de violência equivalem à violência individual? Há violência justa e violência injusta, assim como se pode discutir se há guerras justas e guerras injustas, como fez Michael Walzer? Mais do que isso: se o adjetivo “violento” pede um sujeito, o que pede o substantivo “violência”? Como fazer o substantivo operar analiticamente sem que ele seja tomado, ainda que impensadamente, como sujeito? “A violência tem tais características”, “a violência é isso”, “a violência é *aquilo*”, “a violência tomou conta da cidade”, “a violência chegou ao nosso bairro”... Em todas essas acepções há uma sugestiva reificação de processos sociais que incorporam agressão física ou moral, opressão, excesso de poder, crueldade – enfim, uma plethora de ações negativas que parecem ter em comum o que vem sendo chamado, atualmente, de desumanização do outro, mas cujo sentido nuclear é a de um atentado à integridade física ou à dignidade de um ser, e não apenas o ser humano. Ora, é este mesmo movimento intelectual o que está definindo a violência como uma substância, com suas múltiplas manifestações ou como uma entelêquia com seus inúmeros avatares, por oposição a uma outra substância, idealizada como a “boa humanidade” ou o “bem comum”.

Ao nos remetermos a palavra violência, logo a associamos ao sentido de agressão física ou moral, e essa ligação semântica se encontra tão naturalizada em nossos conceitos que não podemos negar sua existência. Sendo assim, conceituá-la não é tarefa fácil, visto a complexidade de discussões envolvidas no termo e que se assentam na pauta deste conceito.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2012)² podemos entender como violência o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. Esta definição se associa a ligação semântica colocada anteriormente e reforça a ideia de um conceito baseado numa associação entre a violência e o ato físico ou moral.

Com o passar dos anos o fenômeno da violência foi aumentando e alcançando todos os lugares e classes sociais, e as discussões e conquistas sociais foram cada vez mais pautando esses acontecimentos, que ganharam novas facetas nos tempos modernos, se fazendo presente em todos os âmbitos sociais e se moldando as suas realidades e características. Os altos índices de violência e a gravidade do problema torna esse fenômeno preocupante e de importância global.

Os números de assassinatos no Brasil que vinham em um período de queda desde 2018 voltaram a crescer nos primeiros 6 meses deste ano. Foram registradas 25.712 mortes violentas intencionais (que segundo a Secretária Nacional de

² Disponível em: ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; KRUG, Etienne G. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

Segurança Pública é a categoria de crimes de homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e roubo com resultado morte³), o que é equivalente à média de um assassinato a cada 10 minutos em nosso país, segundo estudo divulgado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020). São dados como esse que caracterizam o Brasil como um dos países mais violentos do mundo.

Estes índices acabam trazendo implicações não só na violência física contra as vítimas, mas também na saúde, educação, segurança, índice demográfico e outros, que conseqüentemente são refletidos no desenvolvimento econômico e social de qualquer local do mundo.

2.1 Violência doméstica

A discussão sobre violência doméstica foi aumentando ao longo dos tempos, conforme a organização política das mulheres se fortaleceu. O que permitiu que esse tema fosse pautado, já que elas são as maiores vítimas deste tipo de violência. Com o alcance de discussões cada vez maior, a pauta da violência doméstica atualmente é considerada uma das maiores expressões das questões sociais da nossa atualidade.

Esta ramificação da violência tem sido uma das grandes preocupações das organizações de controle social e da sociedade como um todo, diante da grande necessidade de se designar ações que possam contribuir para a diminuição desses atos de violação de direitos. Além disso, ainda não foi possível chegar em um consenso universal que consiga abranger uma definição de violência doméstica que atenda todas as suas complexidades e áreas, o que sempre se faz necessário fazer referências em discussões desta realidade social.

Com o passar dos tempos, esta discussão foi avançando e pela força de diversos movimentos ela deixa de ser encarada como questão particular e passa a assumir caráter público já que atenta contra direitos e não pode ser analisada de maneira particular, pois, seus impactos influenciam na qualidade de vida das suas

³ Disponível em

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Crimes_Violentos_Letais_Intencionais#:~:text=Crimes%20Violentos%20Letais%20Intencionais%20\(CVLI,%C3%BAltimo%20tamb%C3%A9m%20conhecido%20como%20Latro%C3%ADnio.](https://pt.wikipedia.org/wiki/Crimes_Violentos_Letais_Intencionais#:~:text=Crimes%20Violentos%20Letais%20Intencionais%20(CVLI,%C3%BAltimo%20tamb%C3%A9m%20conhecido%20como%20Latro%C3%ADnio.) Acesso em 07 de dezembro de 2020 às 20:47h.

vítimas que acabam levando os efeitos desta violação para o social em que estão inseridas.

Com o decorrer do tempo, a preocupação com esse fenômeno e suas repercussões no âmbito familiar foi se modificando. Na década de 1950, a preocupação se pautava na forma desumana com que mulheres e crianças eram tratadas. Na década de 1970, por força dos movimentos feministas, a violência doméstica passou a ser denunciada e estudada como violência de gênero, permitindo compreender as desigualdades persistentes entre homens e mulheres. Apenas a partir da década de 1990 é que a violência doméstica passou a ser vista como um problema social, sendo alvo de estudos no âmbito da segurança, da justiça e da saúde pública (HANADA 2007, pág. 05 apud COSTA, 2015, pág. 5)

Assim, a violência doméstica a partir dos ganhos sociais dos movimentos feministas passam a ganhar espaço de importância e reconhecimento ainda que tardiamente. A criminalização destes atos infere em projetos de prevenção e penalização dos mesmos, o que a delimita enquanto área de estudos em vários eixos.

Com o objetivo de prevenir e coibir a violência doméstica no Brasil, foi criada a Lei nº11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que considera como crime a violência doméstica e pode ser observado no artigo 5º que afirma:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; e

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Com isso, a luta contra a violência doméstica ganha novos espaços e importância. É a partir deste momento que o Estado Brasileiro passa a criminalizá-la enquanto suas especificidades e ocorre uma das grandes conquistas da luta dos movimentos feministas.

Nesse contexto definir rigidamente o que seria o ato da violência doméstica é tarefa árdua, logo que se trata de um conjunto de fatores externos influenciadores da sociedade cultural vigente no país, e também das subjetividades das pessoas envolvidas nestes atos. A violência doméstica deve ser analisada assegurando a consideração aos valores culturais, de crenças, de estilos de vida, do sistema sociopolítico e do contexto temporal, pois, estas considerações também influenciam na atribuição de significado a violência doméstica.

[...] MINAYO (1994) citado por COSTA (2015, pág. 7) ressalta que para conceituar violência doméstica é necessário fazer uma análise histórica da sociedade em que os indivíduos estejam inseridos, pois fatores sociais, morais, econômicos, psicológicos e institucionais podem interferir na conduta das pessoas. Além disso, ainda segundo a autora, a violência doméstica não faz parte da natureza humana, estando associada a problemas advindos da sociedade, como política, economia e moral. Por isso, para se compreender o fenômeno da violência doméstica, faz-se necessário fazer a análise das questões sociais, morais, econômicas, psicológicas e institucionais em que os indivíduos estejam inseridos.

Assim, a conceituação da violência doméstica deve considerar a complexidade das relações envolvidas, assegurando os paradigmas que está compõe. Dessa maneira, não podemos entendê-la como caso particular, mas como fenômeno social existente tanto no Brasil como no mundo inteiro, que merece verdadeira importância e reconhecimento público, já que provê violação de direitos humanos que nos garantem vida, saúde e integridade física.

Esta questão não é de domínio particular e deve estar longe disto, trata-se de uma ramificação que estar mundialmente assumindo seu caráter de violação de direitos e assim integrando não só as suas vítimas, mas reconhecendo a emergência das consequências sociais resultantes desta exposição.

Nesta modalidade de violência, podemos encontrar um conjunto de crimes que não só produzem consequências as vítimas que as sofrem diretamente como também inferência social, e que podem ser classificadas a partir dos seus efeitos físicos e psicológicos em suas vítimas onde o Art. 7º da Lei Maria da Penha de nº11.340/2006 classifica como:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (Redação dada pela Lei nº 13.772, de 2018)

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Assim, percebe-se que ao pensarmos em violência doméstica estamos nos referindo a dignidade pessoal da vítima que sofreu abuso dentro do espaço que em teoria deveria ser o local de maior segurança do sujeito, a sua casa. Qualquer forma de violência não pode ser entendida como ato isolado como no passado; se faz importante promover discussões e recursos que possam auxiliar na construção de uma educação enquanto reconhecimento de direitos e não de vitimização, os laços pessoais não devem ser colocados em posição de fragilidades e suas vítimas não devem ser colocadas como culpadas. É necessário a criação de mecanismos que possam tratar os efeitos dessa violência e que entenda as vítimas como em situação de vulnerabilidade e fragilidade. Muitas vezes elas se tornam reféns por falta de apoio e de auxílio.

Neste grupo de violência é possível identificarmos a problemática atual da violência doméstica, onde segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020) coloca que no Brasil a cada 2 minutos uma agressão física foi registrada apenas em 2019, sendo realizados 226.310 registros de lesões corporais dolosas que decorreram da violência doméstica.

Formando os grupos sociais de vítimas de violência doméstica temos a mulher, a criança, e o adolescente, o idoso, o portador de necessidades especiais e todos aqueles que participam do núcleo familiar independente de classe, idade, cor e gênero. As crianças que compõem este grupo de vítimas tendem a possuir maior desencadeamento de problemas na socialização, já que passam a crescerem sendo vítimas de algum tipo de violação de direitos o que influencia diretamente no seu processo de socialização e que poderemos ver mais especificamente a seguir.

2.2 Violência contra a criança

A violência contra a infância é um assunto complexo e que está fundamentado nas nossas raízes sociais, o que engloba diversas dimensões e a coloca como discussão necessária para além apenas da agressão física contra a criança, se fazendo de grande importância social as análises e discussões da problemática aqui citada.

O problema comporta uma dimensão social e psicológica que se estende para além da vítima. O sentido profundo do acto violento situa-se, antes de mais, na dimensão simbólica intrínseca ao mesmo, repercutindo-se os seus efeitos no plano das relações interpessoais. Para além da testemunha silenciosa em tantas e tantas situações de violência, a própria criança é igualmente um dos alvos preferenciais dos agressores no grupo familiar. (LOURENÇO e CARVALHO, 2001, pág. 11)

A vulnerabilidade da criança torna a violência referida a ela ainda mais preocupante e intolerável. A infância é marcada pela fase de socialização e construção da sua subjetividade, e é a família a grande influência da criança durante este período. É ela que forma sua base subjetiva, que constrói seus valores e personalidade. Toda e qualquer prática violenta a que a criança seja exposta em seu seio familiar tende a interferir diretamente na sua subjetividade.

No passado, a família detinha o poder de decisão sobre os atos dos seus membros e podiam utilizar deste direito para a correção dos comportamentos de seus filhos, o que diante de uma sociedade patriarcal tanto a mulher quanto seus filhos estavam à mercê das decisões do responsável familiar, isto é, o marido e/ou pai. Assim, as crianças e mulheres eram frequentemente vítimas de algum tipo de quebra de direitos, o que diante desta complexidade não existia apoio social para com estes sujeitos.

Sem apoio e reconhecimento social de atos de violências até meados do século XX, estas crianças conseqüentemente também não detinham o amparo do Estado, que não possuía um sistema de assistência às vítimas de violência doméstica e conseqüentemente não haviam punições referentes a família agressora, já que se determinava ao chefe familiar conseguir que seus dependentes estivessem acatando as “regras”.

O castigo físico contra crianças é um fato recorrente na historicidade mundial, sendo justificado muitas vezes como método educativo, frequentemente expostas à violência física e psicológica com o intuito de educá-las; o que sabemos, hoje, que não se trata de um método educativo que deva ser efetivado. No passado esse método foi largamente utilizado e defendido. O castigo era entendido como maneira de manter na linha o comportamento de crianças e adolescentes.

A violência doméstica contra crianças é um assunto complexo que se assenta em padrões culturais e sociais diversos. Somente no início do século XX, após longo e lento processo de visibilidade, a violência doméstica foi reconhecida como ato ilegal e atentatório contra os direitos da criança e do adolescente. Criminalizada essa prática, a Justiça passou a submeter os infratores à punição legal. (DANTAS e RISTUM, 2012, pág. 69)

Após longo período de discussões e cobranças sociais coordenados por movimentos que visavam a criminalização destes atos, a violência doméstica tornou-se quebra de direitos e com isso as crianças são incluídas e reconhecidas como vítimas de violência doméstica, seja ela física, psicológica, sexual ou moral. A partir daí, foram criadas políticas públicas de proteção e prevenção a casos de violência doméstica, nas quais foram incluídas as mulheres, as crianças e os idosos como grupos de maiores riscos a esta exposição.

Porém é preciso compreender que esta não foi uma conquista fácil, pois, a partir dela se fez necessário uma interferência do e no Estado. Vimos nascer uma grande discussão da criança enquanto sujeito de direito e o desenvolvimento social desse reconhecimento que ainda nos dias atuais não se encontra efetivado.

Apenas na Constituição de 1988 foi que a criança passou a ter seus direitos garantidos na legislação brasileira, onde em seu artigo 227 é colocado que:

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária,

além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Podemos entender a grandeza desta inclusão no âmbito social de proteção à criança, é a partir daqui que se inicia o processo de criminalização da violência contra a criança, e é nesta inclusão que se inicia o efetivo desenvolvimento de políticas públicas provindas do Estado de prevenção e atendimento a casos de violência doméstica.

Com as construções e aplicações destas políticas, apenas em 1990, foi promulgada o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que afirma em seus artigos que:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Com estes grandes avanços foi possível a criação de serviços que pudessem auxiliar e apoiar crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, além de criminalizar métodos de violências contra e punir possíveis agressores familiares e foi somente a partir da CF de 1988 e principalmente com a promulgação do estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 que estes serviços socioassistenciais e de criminalização puderam ser aplicadas e efetivadas legalmente. Muita coisa mudou desde a retirada do poder físico dos pais para com seus filhos, mas ainda é possível encontrar grandes números referentes a estas violências, que foram se habituando ao longo dos tempos e das legislações.

Diante de toda historicidade relacionada a este tema e do reconhecimento ao direito da integridade física de todos os seres humanos ser tão recente em tempos históricos, e em um país com uma carga histórico-social tão violenta contra seus

habitantes, é preciso reconhecer que ainda pouco se é feito diante do necessário e da gravidade desses atos.

As políticas públicas que deviam funcionar com quase total excelência em prevenção e atendimento muitas vezes se mostra falha e ineficaz, e isto é refletido nos altos índices de violência do país, onde a quebra de direitos de crianças se mostra tão intensa. No ano de 2018 apenas quanto a casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes, foram notificados 32 mil casos, o que equivale a uma criança abusada sexualmente a cada 3 horas no Brasil⁴.

São dados como este que colocam em questão a efetividade das políticas públicas de prevenção e controle de casos de violência doméstica contra a infância, e que devem ser entendidos e analisados como marcadores de eficiência para que assim se possa repensar quanto a funcionalidade destas políticas.

Como coloca Lima 2008 (pág. 40): “Dessa forma, nota-se que, na atualidade, há a persistência da vitimização das crianças no ambiente familiar, demonstrando a fragilidade da infância brasileira que pode ter seu desenvolvimento comprometido. [...]”. Por fim, podemos perceber o quanto o nosso país já evoluiu quanto ao reconhecimento e atendimento a estes atos, mais ainda se faz necessário muita evolução.

2.3 Papel do Estado no enfrentamento a violência

Com a intensificação do fenômeno da violência, a sociedade e o Estado vêm em busca de novas formas de enfrentamento, visando a ameaça que ela se torna tanto socialmente, quanto para o atual sistema vigente. É a partir das suas políticas públicas que o Estado presta atenção e atendimento aos problemas sociais que assolam os seus cidadãos, e a falha dessas políticas colocam em questão o real poder do Estado de controlar a intensificação deste fenômeno.

[...] através de suas políticas públicas o Estado abre um canal de comunicação, na maioria das vezes unívoco, com a sociedade, demonstrando e praticando sua ideologia, metas e diretrizes, num movimento que interfere e regula o fluxo da vida cotidiana. No desenrolar deste processo, que engloba desde a elaboração até a implementação destas políticas, há um choque entre os interesses que postulam ser

⁴ Disponível em <http://crianca.mppr.mp.br/2020/03/231/ESTATISTICAS-Tres-criancas-ou-adolescentes-sao-abusadas-sexualmente-no-Brasil-a-cada-hora.html> Acesso em 04 de novembro de 2020, às 15:32h.

contemplados, capitaneado pelo embate entre mercado e sociedade civil. [...] Num Estado em que os governantes organizam as políticas públicas a fim de atender aos interesses do capital financeiro, a alocação de recursos para atender às demandas da sociedade civil fica gravemente prejudicada e restringida (CRUZ NETO & RASGA MOREIRA, 1999, p. 38 apud CONCEIÇÃO, 2013, pág. 5).

Diante disto, podemos entender que há um grave problema nas políticas públicas vigentes no Brasil de controle e atendimento a casos de violência doméstica, e isto é refletido diretamente no aumento de casos registrados nos últimos anos. É esperado do Estado políticas que possam solucionar problemas e que dessa maneira possam tratar e reduzir a complexidade de determinados problemas sociais. Ao nos remetermos as políticas de controle da violência é necessário que isto possa ser realizado sem que suas ações possam tratar não apenas os atos ao criminalizá-los, mas também as suas causas que merecem igual atenção para que assim possam ser evitadas ações futuras.

A partir daí, o crescimento acelerado do fenômeno da violência, gera questionamentos da sociedade à cerca do real poder do Estado de controlar a intensificação da violência, já que se trata o problema e não suas causas, sem abordarmos aqui neste trabalho os problemas sociais que podem influenciar diretamente na elevação desses índices, como a pobreza, educação e etc.

As políticas públicas socioassistenciais são dever do Estado como forma de prevenir, garantir e defender os direitos dos seus sujeitos, e espera-se que estas possam levar a prevenção de situações de vulnerabilidade social ou que possam prover atendimento em caso de violação, além destas políticas serem a real ação do estado em frente a problemas sociais, elas também evidenciam a efetividade do poder do Estado mediante questionamentos a sua posição.

3 O TRABALHO DE EDUCADORES SOCIAIS NO ATENDIMENTO A CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NOS CRAS E CREAS DE CIDADES DO BREJO PARAIBANO

Neste capítulo serão apresentados os aspectos metodológicos que embasaram a realização desta pesquisa, e também iremos expor e analisar os dados colhidos durante a mesma. Sendo assim, para o auxílio na compreensão dos dados serão utilizados recursos como tabelas e gráficos objetivando uma melhor análise de todos os dados colhidos durante sua realização.

3.1 Metodologia

Os aspectos metodológicos desta pesquisa foram pautados a partir da necessidade de se entender como ocorre o trabalho desenvolvido pelos educadores sociais mediante o atendimento de casos que são caracterizados de violência doméstica, e para isto, foi necessário a utilização de métodos científicos que pudessem auxiliar na resolução dos problemas relacionados a esta pesquisa.

Inicialmente, foi pensada a realização de uma observação participante junto ao atendimento a estes casos no CRAS/CREAS em uma cidade que compõe o brejo paraibano, porém, com a pandemia pela COVID-19 declarada em 11 de março do ano corrente pela Organização Mundial da Saúde (OMS)⁵, todos os trabalhos presenciais de serviços não essenciais foram por dias suspensos e ao retornarem passaram a acontecer com redução de carga horária em alguns casos e na modalidade à distância, o que impossibilitou a realização da pesquisa idealizada inicialmente devido ao isolamento social recomendado pelos profissionais da saúde.

Sendo assim, após uma nova análise de possibilidades com os profissionais que participaram da construção deste trabalho, que ocorreu de forma remota pelo aplicativo de mensagens WhatsApp, optou-se pela realização de uma pesquisa com análise quantiquantitativa, que une a abordagem quantitativa, em sua explicação estatística sobre dados referentes as dimensões analisadas, com a abordagem qualitativa que busca a interpretação de realidades sociais, visando assim a complementação necessária para uma melhor análise dos resultados alcançados aqui.

⁵Disponível em https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6120:oms-afirma-que-covid-19-e-agora-caracterizada-como-pandemia&Itemid=812 Acessado em 18 de novembro de 2020 às 18:54h.

As abordagens qualitativas e quantitativas são necessárias, mas segmentadas podem ser insuficientes para compreender toda a realidade investigada. Em tais circunstâncias, devem ser utilizadas como complementares. Logo, a literatura da área aponta claramente que a pesquisa quanti-qualitativa/quali-quantitativa e/ou mista consiste em uma tendência que indica o surgimento de uma nova abordagem metodológica. Uma abordagem que possibilite mais elementos para descortinar as múltiplas facetas do fenômeno investigado, atendendo os anseios da pesquisa. Caracteriza-se como um movimento científico, que se opõe a histórica dicotomia quantitativa-qualitativa. (SOUZA e KERBAUY, 2017, pág. 40)

Sendo assim, a partir de contribuições teóricas foi decidido por este método de pesquisa, que pode auxiliar nas reflexões acerca da pesquisa aqui realizada. As abordagens aos profissionais que compuseram este trabalho ocorreram de maneira remota pelo WhatsApp, onde pudemos conversarmos sobre a possibilidade de uma entrevista online, que não foi possível para os entrevistados que aceitaram a resolução de um questionário como instrumento desta pesquisa.

As entrevistas ocorreram com periodicidade entre 10 de setembro e 06 de outubro de 2020 e assim, foi realizada uma pesquisa de classificação exploratória, com a finalidade de alcançar um maior conhecimento acerca do tema analisado, e de que possui natureza básica, onde buscamos aumentar os conhecimentos científicos referentes ao tema estudado.

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. (GIL, 2008, pág. 27)

O público-alvo desta pesquisa foram 6 educadores sociais que prestam serviços aos Centros de Referência de Assistência Social, sendo 4 CREAS e 2 CRAS, da região do brejo paraibano. Nesta pesquisa os nomes dos referidos educadores não serão expostos para garantir sua privacidade como solicitado por eles e assim, eles serão nomeados dentro destas análises como Educador 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

O instrumento de coleta de dados desta pesquisa foi um questionário (apêndice A), que continha 06 perguntas com respostas abertas e 09 de múltiplas escolhas, que discorreram sobre a maneira como se ocorre o trabalho dos educadores sociais nas redes de apoio socioassistencial, sobre como ocorre o recebimento de casos de violência doméstica e as ações que eles desenvolvem para atender estes usuários, as características que envolvem este atendimento, o

reconhecimento social e a satisfação pessoal destes profissionais, a maior dificuldade para atendimento, além de outras informações para assim se obter respostas aos questionamentos acerca dessa pesquisa. Após o recebimento destes questionários com estas respostas também através do WhatsApp, estes dados serão expostos e discutidos neste trabalho nas sessões próximas, afim de responder as problemáticas que originaram este estudo.

3.2 Análises da pesquisa

Neste momento, será possível conhecermos e refletirmos acerca dos dados colhidos durante a realização desta pesquisa que ficara dividido entre a apresentação dos dados a partir de tabelas e gráficos, que irão apresentar, respectivamente, os resultados referentes as perguntas de respostas abertas e fechadas. A utilização destes recursos se deu a partir da necessidade de uma melhor apresentação e reflexão dos dados coletados com a aplicação do questionário aos profissionais aqui envolvidos.

3.2.1 Apresentação das Tabelas

Nesta seção, serão apresentadas e analisadas as informações ofertadas pelos educadores participantes desta pesquisa, através de tabelas que contém as respostas referentes as primeiras 6 questões do questionário aplicado que possuem caráter subjetivo, ou seja, as respostas abertas desta pesquisa.

Sendo assim, na tabela 1 a seguir, poderemos conhecer o perfil dos entrevistados nesta pesquisa, através do retorno quando questionados sobre 'Perfil dos entrevistados (Informações a respeito da sua formação, local onde presta este serviço, tempo de trabalho na profissão, e perfil do público que atende)'.
'

TABELA 1- Perfil dos educadores entrevistados.

EDUCADOR 1	<i>'Formada em Letras – UEPB. Atuo no CREAS Regional de Alagoinha, há 6 anos, como educadora social. O público são todas as pessoas que teve ou está tendo um direito violado, ou apresente uma situação de risco ou vulnerabilidade social.'</i>
EDUCADOR 2	<i>'Formação em Letras e Pedagogia pela UEPB, Pós graduação em Supervisão e Orientação Educacional, iniciei minha trajetória na Política de Assistência Social no ano de 2010, no âmbito da Média Complexidade, atuando como Educadora Social do CREAS Regional</i>

	<i>até os dias atuais, o público alvo são pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social’.</i>
EDUCADOR 3	<i>‘Sou formada em pedagogia pela UEPB, iniciei minha trajetória como conselheira tutelar por dois mandados, em seguida tive a oportunidade de ingressar na política de média complexidade, na qual atuo como educadora social no creas regional, desde 2012.’</i>
EDUCADOR 4	<i>‘Tenho formação acadêmica em Pedagogia e Licenciatura em Letras, presto serviço no CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, na função de Educadora Social, faz dez anos. Atendemos o público de pessoas que tiveram seus direitos violados, crianças, adolescentes, idosos. Mulheres, homens, pessoas com deficiência e etc...’</i>
EDUCADOR 5	<i>‘Formação - estudante do curso de Pedagogia (7º período); Local de prestação de serviço - (CRAS/Guarabira) Centro de Referência da Assistência Social; Tempo de trabalho - 6 anos e 6 meses; Perfil do público - Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.’</i>
EDUCADOR 6	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Formação- Designer de produto e estudante do curso de Pedagogia e Artes Visuais;</i> • <i>Local de prestação de serviço- (CRAS/Guarabira) Centro de Referência da Assistência Social;</i> • <i>Tempo de trabalho- 6 anos e 7 meses;</i> • <i>Perfil do público- Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. ‘</i>

Fonte: Pesquisa de Campo, 2020.

A partir dessas colocações, podemos identificar que 04 dos 06 entrevistados prestam serviços aos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e 02 a Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Além disso, foi possível estabelecer que todos os entrevistados possuem entre 6 e 10 anos de profissão. Isso significa um tempo razoável de experiência na função de educador social, o que se faz importante em qualquer atendimento futuro.

É possível também notarmos que 66,66% destes educadores possuem formação superior na área educacional. Os 33,33% restantes dessa amostra são estudantes do curso de Pedagogia, o que mostra um bom índice de formação educacional para se atuar no âmbito da Educação Social. Conjuntamente com estas respostas, é possível compreender com efetiva predominância o público-alvo atendido por estes educadores como sujeitos em situação de risco e vulnerabilidade social, pessoas em situação de risco ou efetivação de quebra de direitos.

Mediante a tabela 2 em seguida, poderemos analisar a maneira como a amostragem de educadores sociais analisados compreendem sua atuação

profissional, após serem perguntados sobre ‘Como funciona o trabalho de um educador social?’.

TABELA 2 – O trabalho de um educador social.

EDUCADOR 1	<i>‘O trabalho do educador é realizar o serviço de abordagem social e/ou busca ativa no território; Acolher e desenvolver atividades lúdicas com criança e adolescente durante sua permanência no serviço; Realizar estudos de caso; Mapear a área de abrangência do serviço para identificação das maiores incidências de casos de violações de direitos; Fazer a abordagem da família para a sensibilização em relação à necessidade ao atendimento e acompanhar in loco a situação de famílias e/ou indivíduos atendidos nas redes de serviços; Acompanhar crianças e adolescentes quando da necessidade de perícia no Instituto Médico Legal; Acompanhar adolescentes em cumprimento de medidas sócioeducativas em meio aberto; e Participar das reuniões de equipe para o planejamento de atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultados.’</i>
EDUCADOR 2	<i>“As principais atribuições do educador social do CREAS são mapeamento de território, busca ativa e acompanhamento das medidas socioeducativas com adolescentes infratores, no entanto, se estende a diversas intervenções como acolhida, escuta qualificada, orientações, encaminhamentos, visitas e acompanhamento a vítima e familiares, quando necessário.”</i>
EDUCADOR 3	<i>‘Costumo dizer que como educadora social fazemos de tudo um pouco, mas principalmente identificar o território e maior público de vulnerabilidade, acolhida, acompanhamento, realiza visita e acompanha o usuário em algumas situações.’</i>
EDUCADOR 4	<i>‘É realizado um trabalho de acolhida, escuta qualificada, visita domiciliar, encaminhamento para rede. Um trabalho executado até que essas pessoas não tenham mais seus direitos violados.’</i>
EDUCADOR 5	<i>‘O Educador Social trabalha diretamente com as crianças e adolescentes do serviço, sendo assim os responsáveis em intervir em situações problemáticas que sendo diagnosticada em gravidade poderá ser encaminhada aos técnicos de referência. O Educador também faz a integração deste público a sociedade que em sua maioria vem de situações de riscos, de vulnerabilidade ou submetida a algum tipo de exclusão.’</i>
EDUCADOR 6	<i>‘O trabalho do Educador Social é conhecer, entender e aprender os contextos de determinados locais, estabelecendo relações e auxiliando no trabalho de acolhimento, escuta e orientação para pessoas em situação de vulnerabilidade.’</i>

Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Diante destas definições, é possível notar que entre os educadores entrevistados podemos encontrar competências relacionadas e nesse caso uma visão comum de atividade de trabalho, como sendo a realização da acolhida, a identificação/mapeamento do território, as intervenções e acompanhamentos de casos, o auxílio no processo de socialização de sujeitos em situação de vulnerabilidade social, entre outras colocações.

Estas compreensões nos evidenciam o entendimento do educador social enquanto profissional que acolhe dentro de um contexto, intervém no contexto e busca reingressar o sujeito em situação de vulnerabilidade social na “sociedade mais ampla”, já que segundo Santos *et al* (2017, pág. 6):

O trabalho do educador social é reintegrar indivíduos em situações vulneráveis e/ou assistidos socialmente, isso envolve desde crianças até idosos. É ele que atua nas diferentes situações vividas por estes indivíduos, de modo a estabelecer variações em sua vida social e produtiva.

Assim também, é possível analisarmos que a maioria dos atendimentos descritos são realizados com crianças e jovens, e que assim fica evidente a criança como sendo parte integrante do grupo de risco de violação de direitos.

Na tabela 3 que será exposta a seguir, será possível identificarmos como acontece o recebimento de casos de violência doméstica ao serem questionados sobre ‘Como funciona o recebimento de casos de violência doméstica?’. A partir das colocações realizadas pelos entrevistados poderemos analisar como ela ocorre.

TABELA 3 – O recebimento de casos de violência doméstica.

Educador 1: <i>‘Assim que recebemos a denúncia, buscamos contato com a vítima, para acolhimento, os procedimentos iniciais e planejamos como o CREAS atuará no caso.’</i>
Educador 2: <i>‘Em caso de denúncia anônima, a equipe colhe informações necessárias para uma abordagem a vítima, geralmente ela nega, por isso, é necessário que haja um atendimento na sede, que se dá por acolhida, escuta, orientação e encaminhamento, vai depender do caso, um fator importante é o convencimento a vítima de que ela precisa de ajuda e proteção.’</i>
Educador 3: <i>‘Acolhida inicialmente perguntando seu nome e em seguida a escutando, após escuta faz as orientações juntamente a equipe e encaminhamento que exija a presente demanda.’</i>
Educador 4: <i>‘Através do Disque 123; Disque 100; Encaminhamento da rede, MP e Judiciário.’</i>
Educador 5: <i>‘Ao ser identificado pelo Educador é feita uma escuta, onde depois é direcionado para equipe técnica do CRAS (assistente social e psicólogo), repassado a coordenação, sendo feito assim o acompanhamento.’</i>
Educador 6: <i>‘O caso ao ser identificado pelo o Educador(a) social, faz-se uma primeira escuta, onde posteriormente é direcionado para equipe técnica do CRAS, logo a coordenação, assistente social e psicólogo faz o acompanhamento.’</i>

Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Colocadas essas respostas, é possível identificarmos que diante o recebimento da denúncia, os educadores iniciam o processo de acolhida e coleta de informações sobre o caso. Logo após é realizado o direcionamento do mesmo a equipe técnica.

Vale ressaltar que na colocação do Educador 3, é abordado o recebimento de casos a partir de denúncias anônimas, onde após a coleta de informações ele avalia como necessário que a abordagem a estas vítimas sejam realizadas na sede, pois geralmente as vítimas negam, o que ele avalia ser fator importante o convencimento a vítima de que ela necessita de ajuda e proteção. Na resposta do Educador 4, ele apresenta mecanismos que estão a serviço da população em geral e que recebe denúncias de casos de violência doméstica.

Apresentadas essas informações, podemos refletir acerca da dificuldade da denúncia, fato determinante para o desenvolvimento do trabalho da equipe da rede socioassistencial, e que mesmo diante da realização de uma denúncia anônima, no momento da acolhida muitas vítimas negam o ocorrido por diversos motivos como por exemplo o medo de uma agressão ainda pior, por dependência financeira ou emocional, pelos seus dependentes e etc., e isto implica diretamente no desenvolvimento do serviço prestado. Ainda assim, mediante o recebimento da denúncia pode-se notar o processo de acolhida, escuta da denúncia e encaminhamento do caso que foi citado por 5 dos 6 entrevistados.

Na próxima tabela (4), poderemos compreender como funciona o acompanhamento destes casos após os entrevistados responderem a pergunta ‘Como funciona o acompanhamento de casos de violência doméstica?’.

TABELA 4 – Acompanhamento de casos de violência doméstica.

EDUCADOR 1	<i>‘A vítima e conseqüentemente toda a família será atendida pela equipe multidisciplinar e todos na sua área farão as intervenções e encaminhamentos necessários e a demanda será inserida no PAEFI para acompanhamento sistemático.’</i>
EDUCADOR 2	<i>‘Normalmente, devem ser realizados os procedimentos cabíveis é necessários para que essa mulher se sinta segura para dar continuidade a este acompanhamento, na maioria dos casos, as vítimas não levam a diante, no entanto, são feitos todos os atendimentos e encaminhamentos para a rede de serviços do município, sendo papel do CREAS se manter informado do caso, desde que esse atendimento tenha continuidade, o que vai depender das partes envolvidas. Lembrando que, toda a família também recebe as orientações e atendimentos necessários diante da situação de cada membro.’</i>
EDUCADOR 3	<i>‘Após acolhida, orientação sensibilização para o encorajamento para a denúncia, atendimento psicológico e jurídico, seguido de demais encaminhamentos necessários.’</i>
EDUCADOR 4	<i>‘Escuta qualificada, solicitação de inserção nos programas sociais, visita domiciliar e etc...’</i>
EDUCADOR 5	<i>‘Escuta, visita técnica e direcionamento ao CREAS.’</i>
EDUCADOR 6	<i>‘Escuta, visita técnica e direcionamento ao CREAS.’</i>

Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

A partir destas respostas, é possível identificarmos que o acompanhamento a estes casos é realizado após a denúncia da vítima, onde na maioria das vezes as vítimas precisam de encorajamento para formalizar esta denúncia. Durante o acompanhamento elas passam por atendimento com uma equipe multidisciplinar que realiza escuta qualificada, visita técnica, atendimento psicológico e jurídico, inserção em programas sociais, entre outras intervenções. É necessário ressaltarmos que fica claro também que todos os familiares recebem o atendimento e encaminhamentos necessários.

Como dito anteriormente, esse tipo de acompanhamento depende de uma aceitação da vítima, o que na maioria das vezes não acontece. Com isso é perceptível que o atendimento fica restrito a poucas vítimas, pois a maioria não consegue denunciar. O apoio e encorajamento a esta denúncia deve acontecer efetivamente, as vítimas precisam sentir uma garantia de segurança diante da complexidade de fatos em que se encontram, e isto deve ser parte fundamental durante o recebimento e acolhida a estes usuários.

A frente, poderemos conhecer com a Tabela 5 quais ações são desenvolvidas pelo educador social durante o atendimento aos casos focos deste estudo. Ao serem perguntados sobre ‘Quais as ações que são desenvolvidas por um educador social diante de casos desta importância?’ estes profissionais escreveram que:

TABELA 5 – Ações desenvolvidas pelos educadores sociais

EDUCADOR 1	<i>A abordagem depende muito de cada caso. Se for um caso de atendimento educacional, acolheremos e podemos desenvolver atividades lúdicas com criança e adolescente durante sua permanência no atendimento. Como também visitas domiciliares, visitas institucionais nas escolas (para colher informações da situação educacional), realizar estudos de caso, elaborar relatórios e fazer os devidos encaminhamentos.</i>
EDUCADOR 2	<i>Acolhida, escuta, acompanhamento educacional quando se tem crianças ou adolescentes na família, encaminhamentos para os serviços.</i>
EDUCADOR 3	<i>Acolhida e encaminhamento ao jurídico.</i>
EDUCADOR 4	<i>O Educador faz atendimentos como todos os técnicos, elaboração de relatórios, realiza palestras; ações e mobilizações para deixar a população em alerta com relação aos diversos tipos violações de direitos.</i>
EDUCADOR 5	<i>Como esse serviço desse ofertado como uma rede de proteção o Educador Social é praticamente a porta de entrada e desempenha um papel de prevenção e acolhimento dos casos. Em nosso dia a dia fazemos o acolhimento através de conversas e trabalhando temas</i>

	<i>transversais onde procuramos estabelecer uma relação para auxiliá-los em seu processo de ressocialização e de seu desenvolvimento social.</i>
EDUCADOR 6	<i>O Educador Social trabalha basicamente na prevenção e acolhimento dos casos, onde posteriormente são direcionados para a equipe técnica. O Educador realiza ações utilizando temas transversais com objetivo de informar e reduzir os índices de violência familiar garantindo medidas preventivas e de proteção às vítimas.</i>

Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Assim, podemos analisar que as ações dos educadores sociais perante estes atendimentos são serviços como acolhida, escuta, visitas domiciliares, encaminhamentos a rede necessária, construção de relatório, acompanhamento e visita educacional quando se há crianças na família da vítima. É possível também perceber que este profissional trabalha na prevenção e no acolhimento de casos, além de em alguns casos como o citado pelo Educador 4 “*realiza palestras; ações e mobilizações para deixar a população em alerta com relação aos diversos tipos violações de direitos*”.

Suas funções são direcionadas para equilibrar, coordenar, encaminhar, realizar acompanhamentos, avaliar resultados, gerenciar administrativamente e economicamente o estabelecimento e liderar os profissionais nas suas devidas responsabilidades e ações. (SANTOS *et al*, 2017, pág. 5)

Sendo assim, é possível entendermos que a figura do educador social nas redes analisadas está ligada aos trabalhos de recepção e acolhimento das vítimas junto aos profissionais que compõem as equipes da rede socioassistencial, onde após este processo é realizado o encaminhamento aos profissionais necessários. Suas ações são realizadas em contexto social de prevenção e conscientização dos sujeitos sobre todas as formas de violação de direitos, e quanto aos educadores ali participantes foi notável uma maior caracterização do trabalho do educador enquanto profissional que acolhe, previne e escuta os usuários.

Em seguida, poderemos entender com o auxílio da Tabela 6, quais medidas são tomadas pelos educadores participantes quando as suas intervenções não são suficientes após os profissionais aqui analisados serem questionados sobre ‘Qual ação é realizada por vocês quando apenas as suas intervenções não são suficientes para atender estes casos?’.

TABELA 6 – Ações desenvolvidas a partir do não funcionamento das suas intervenções

EDUCADOR 1	<i>O CREAS não atua sozinho. Nós atuamos em rede e assim precisamos de articulação com a saúde, educação, Ministério Público, o judiciário, delegacias, Conselhos Tutelares, conselhos municipais e entre outros órgãos.</i>
EDUCADOR 2	<i>Em todos os casos atendidos pelo serviço seja qual for a demanda, geralmente são feitas discussões de caso com a equipe multiprofissional para que sejam identificadas todas as características possíveis de uma violação de direito, no caso da violência doméstica também é necessário que haja a intervenção da equipe visando atender a vítima em todas as suas fragilidades, buscando uma resolutividade.</i>
EDUCADOR 3	<i>Buscamos parceria com os demais serviços, estudo em rede e planejamento de estratégias, se mesmo assim não surtir resultados encaminhamos ao ministério público.</i>
EDUCADOR 4	<i>A equipe do CREAS sempre faz um trabalho multidisciplinar e quando a necessidade encaminhamos o usuário para rede e continuamos com os acompanhamentos.</i>
EDUCADOR 5	<i>O caso é direcionado a equipe técnica do CRAS, CREAS ou ao Conselho Tutelar.</i>
EDUCADOR 6	<i>Os casos são direcionados a equipe técnica do CRAS, CREAS e Conselho Tutelar.</i>

Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Com isto, podemos analisar que em casos de não êxito das suas intervenções estes educadores buscam recursos das equipes técnicas que possam intervir e auxiliar durante estes atendimentos, foi possível percebermos que o trabalho ocorre de forma articulada e que nestes casos é realizado encaminhamentos as equipes técnicas multidisciplinares do CRAS ou CREAS, a rede de apoio como Conselho Tutelar, Ministério Público, saúde e outras.

É compreensível que durante os atendimentos o educador não deve atuar sozinho, ele deve buscar intervenções técnicas que possam auxiliá-los no decorrer do acompanhamento e que por isto é necessária uma rede efetiva de apoio e intervenção. Assim, se faz essencial uma rede socioassistencial que possa auxiliar verdadeiramente os educadores sociais e os profissionais que formam estes serviços em suas necessidades diante dos seus atendimentos, para que assim os usuários possam ser em prática auxiliados na superação das violações sofridas.

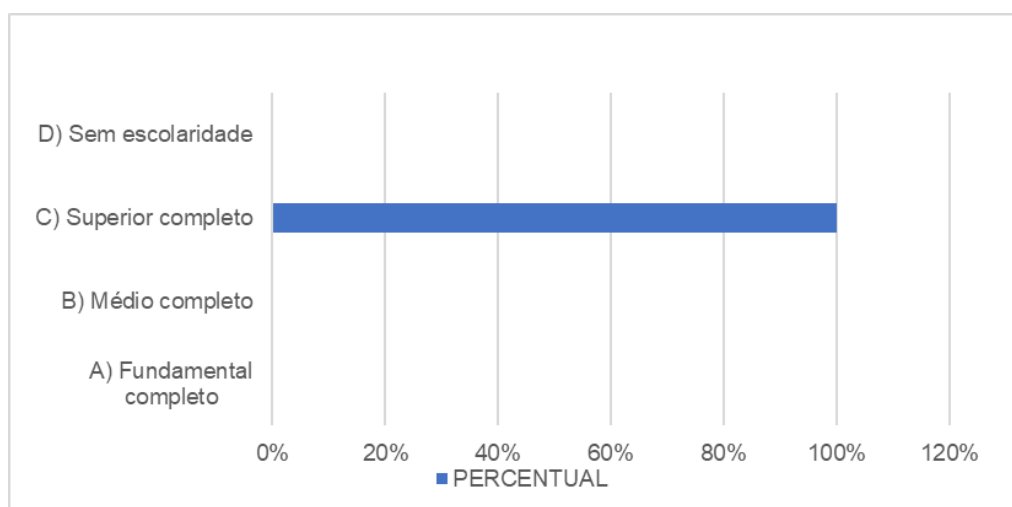
3.2.2 Exibição dos gráficos

Durante esta seção, serão exibidos e analisados gráficos que irão conter dados quantitativos resultantes das informações ofertadas pelos educadores que participaram desta pesquisa. Estes gráficos serão referentes aos resultados das questões de múltiplas escolhas do questionário aplicado, ou seja, as perguntas de

respostas fechadas, sendo elas as indagações da sequência de alternativas de 7 a 15.

A partir do Gráfico 1 a seguir, será possível constatar a formação necessária para atuação profissional nesta área segundo os educadores participantes, após serem perguntados ‘Para você, qual tipo de formação é ideal para que este profissional possa desempenhar um bom trabalho?’.

GRÁFICO 1 – Formação ideal para uma boa atuação profissional enquanto educador social



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Diante deste questionamento, 100% dos entrevistados definiram como formação ideal para atuação nesta profissão, a terceira alternativa onde se coloca como o Ensino Superior Completo. Com esta escolha, pode-se entender que qualquer formação não se faz suficiente para esta área profissional, pois sabemos que esta é a base da sua atuação, e para isto se faz necessário uma formação que possa fundamentar os aspectos profissionais do seu trabalho.

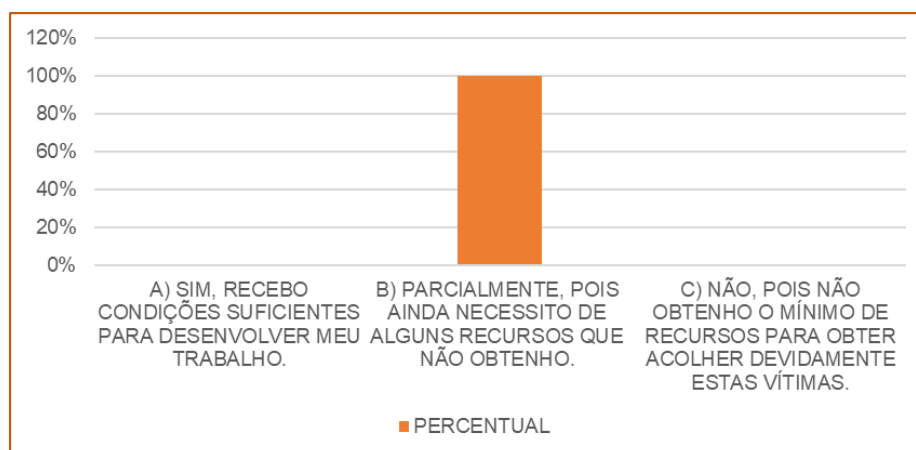
[...] é notável a relevância de inserir um profissional bem preparado de modo teórico e prático para intervir e atuar em espaços de educação social. Portanto vê-se a necessidade de uma formação específica e permanente direcionada ao contexto da educação social, para que o profissional seja mais bem preparado para atuar nestes espaços. Deste modo a atuação do educador social seria mais significativa e desta forma teria melhores condições pessoais e sociais de transformar sua vida e de sua comunidade. (SANTOS *et al*, 2017, pág. 2).

Pode-se entender com isto a importância e reconhecimento da formação adequada, e isto se reflete na formação dos entrevistados, onde 4 dos 6 já possuem

ensino superior completo e os outros 2 estão em formação acadêmica. Assim, sabendo da importância de uma formação de qualidade somos levados a refletir acerca da influência desta formação na atuação destes profissionais, que refletem em suas práticas e os auxiliam na resolução das complexidades das relações sociais destes usuários.

No Gráfico 2 a frente, poderemos refletir a respeito do fornecimento dos recursos necessários para o atendimento aos casos em questão. Aqui os educadores foram questionados sobre 'O Estado lhe oferece recursos suficientes para o atendimento de casos como estes?'.

GRÁFICO 2 – Fornecimento de recursos



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

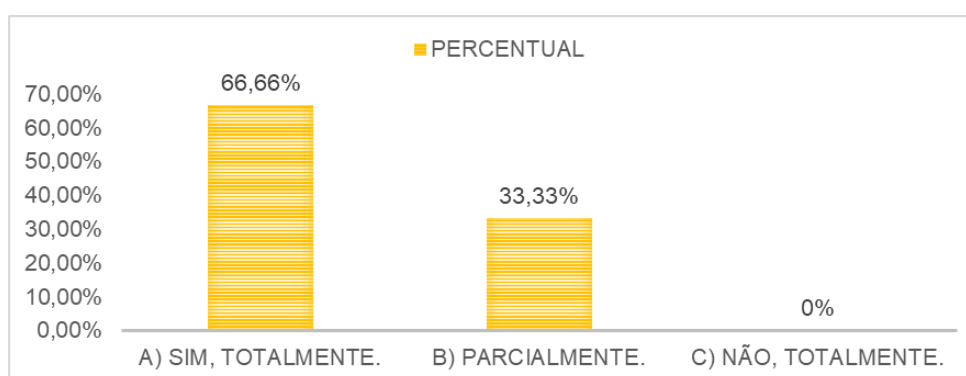
A partir destes dados, é possível analisarmos que 100% dos envolvidos nestas pesquisas recebem recursos parciais (alternativa b), pois ainda necessitam de recursos que não obtém. É papel do Estado prover recursos necessários para atendimento de casos de violação de direitos, mas também é papel das gestões responsáveis fiscalizarem se estes profissionais estão recebendo os recursos ofertados. Diante desta análise podemos identificar que ele não prover totalmente os recursos necessários, o que influencia neste atendimento, pois a falta de determinados recursos pode afetar negativamente a qualidade do serviço ofertado.

Fica evidente, portanto, uma das maiores dificuldades do serviço assistencial, isto é, a falta dos recursos necessários para auxílio e apoio às vítimas que buscam nestes serviços auxílio para superação de violação de seus direitos. Só a partir da efetividade das políticas públicas que será possível superar esta dificuldade, e o Estado é parte fundamental neste processo, pois, a implementação destas políticas

é seu dever e também a sua forma de enfrentamento as expressões da questão social, e o fornecimento de recursos suficientes para o atendimento socioassistencial compõe seu dever diante destas políticas.

No que se refere a confiança populacional no seu trabalho socioassistencial, os educadores ao serem perguntados 'Você acredita que a população confia no trabalho desenvolvido pela sua profissão nos Centros de Assistências Sociais?' evidenciaram que:

GRÁFICO 3 – A confiança social no trabalho socioassistencial

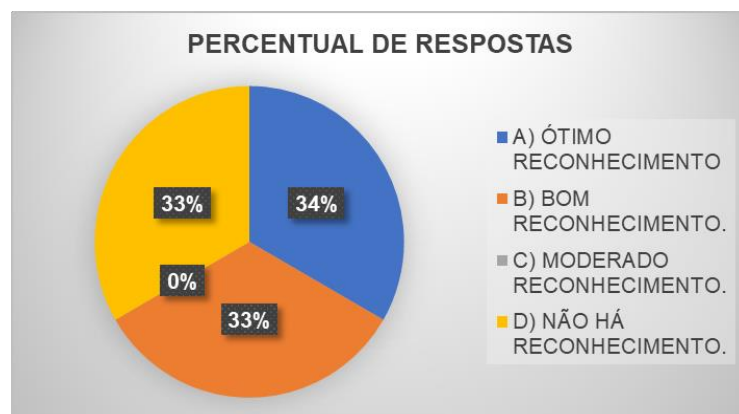


Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Defronte estas respostas, fica distribuído o percentual de resultados sobre a confiança no trabalho desenvolvido como sendo considerado que 66,66% dos entrevistados classificam como a alternativa a) sim, totalmente, e 33,3% como b) parcialmente. Estes índices sugerem que os educadores analisados acreditam que a população confia no trabalho desenvolvido por eles, ficando divididos apenas quanto a total e parcial confiança, o que pode indica uma população que confia e acredita no trabalho desenvolvido pelos mesmos o que deve facilitar a aceitação das intervenções realizadas e o desenvolvimento do trabalho socioassistencial oferecido.

Ao refletirmos sobre confiança, somos levados a questionar sobre o reconhecimento social que esta profissão possui. Para analisarmos esta problemática, foi perguntado aos participantes deste estudo 'Pensando no reconhecimento social que a sua profissão possui, como você avalia isto?' que avaliaram o que veremos no Gráfico 4 a seguir.

GRÁFICO 4 – O reconhecimento social do educador social



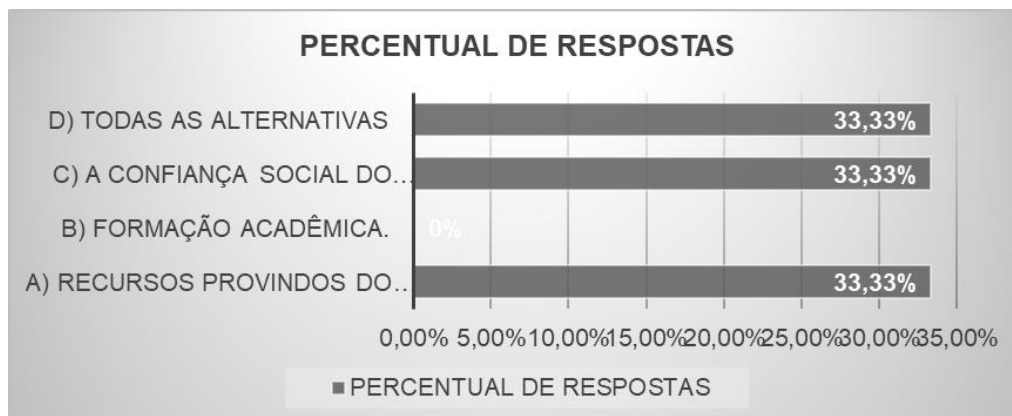
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Sendo colocados frente a estes resultados, podemos definir que 34% dos entrevistados avaliaram como A) Ótimo reconhecimento, que 33,33% deles determinam como B) Bom reconhecimento, que nenhum deles (0%) classifica como C) Moderado reconhecimento, e que 33,33% deles entende como D) Não há reconhecimento. Estes percentuais nos mostram que enquanto 66,66% deles entendem que há algum reconhecimento 33,33% avaliam que não há reconhecimento, e isto trata-se de um dado importante diante da importância da profissão, pois, se não há reconhecimento quanto a função do educador social está não poderá vir a ser valorizada como merece ser.

Estes dados nos evidenciam que há divergências expressivas enquanto a valorização deste profissional, o que pode influenciar na sua prática diária de prestação de serviços.

Após a colocação destas informações, fomos instigados a pensar quanto a maior dificuldade que estes profissionais encontram durante o acompanhamento de casos de violência. Poderemos analisar este questionamento a seguir no Gráfico 5, onde os entrevistados foram perguntados 'Qual a maior dificuldade encontrada no acompanhamento de casos de violência doméstica?'

GRÁFICO 5- Dificuldade no atendimento a casos de violência doméstica

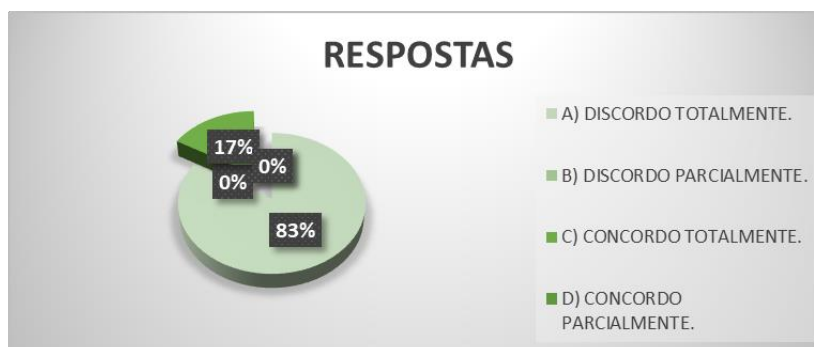


Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Adiante estes resultados, é possível identificar que 33,33% dos dados analisados avaliam como maior dificuldade no acompanhamento de casos de violência doméstica as alternativas a) Recursos provindo do Estado, c) A confiança social no trabalho desenvolvido e d) Todas as alternativas, respectivamente. Com isto conseguimos analisar que os índices aqui apresentados nos levam a perceber que apenas uma dificuldade se mostrou em índice maior, mais que todas as dificuldades apresentadas se fazem presentes no dia a dia do atendimento a casos de violência doméstica, o que mostra uma realidade ainda difícil para estes educadores. Assim, é possível perceber que as dificuldades não são apenas uma, elas se apresentam em diversas nomenclaturas e que isto dificulta o bom desempenho dos seus serviços.

O Gráfico 6 a seguir, trará o resultado do questionamento realizado acerca dos números de casos desta modalidade em que os educadores sociais entrevistados já trabalharam: 'Você acredita que os números de casos que já trabalhou que se caracterizam como violência doméstica correspondem aos índices efetivos de casos?'

GRÁFICO 6 – A relação entre a efetividade dos números casos atendidos e existentes.



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Aqui, os educadores sociais entrevistados avaliam como a) discordo totalmente em 83% dos casos e b) discordo parcialmente em 17% dos dados, o que evidencia os baixos números de denúncias de casos como esses. Estes baixos números de denúncias já são discutidos a algum tempo pelos órgãos sociais responsáveis, e no dia a dia destes educadores fica evidente estes índices, assim, todos os entrevistados analisam com discordância os números de denúncias, pois, sabemos o quanto se faz difícil a efetividade da denúncia, seja por quaisquer motivos.

Com isto, neste questionamento foi totalitária a discordância com os números de atendimentos prestados, seja ela totalitária ou parcial, ainda assim se faz necessário incentivar e auxiliar nas dificuldades encontradas pra efetividade destas denúncias.

No Gráfico 7 a frente, poderemos compreender sobre a existência de acompanhamento escolar as crianças expostas a violência doméstica a partir das respostas ao questionamento ‘Existe algum tipo de acompanhamento escolar às crianças que são expostas direta ou indiretamente a casos de violência?’.

GRÁFICO 7 – Acompanhamento escolar as crianças expostas a estes casos



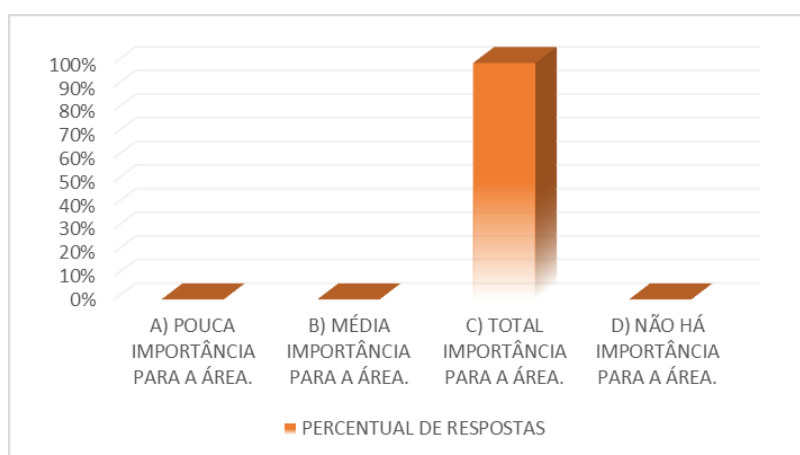
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Quanto ao acompanhamento educacional das crianças envolvidas em casos de violência doméstica, 83,33% dos entrevistados responderam que c) Há parcial acompanhamento e 16,66% que b) Não há total acompanhamento. Com isto, podemos analisar que não existe um acompanhamento total destas crianças, e sim que há um parcial acompanhamento ou nenhum.

Assim, é possível refletirmos acerca da falta que este acompanhamento pode acarretar no desenvolvimento educacional destas crianças, pois, sabemos que a família é a base de formação de todo sujeito e qualquer violação de direitos neste contexto familiar pode influenciar na sua aprendizagem, o que precisa ser levado em consideração no atendimento a estas crianças.

Poderemos analisar a seguir, a partir do Gráfico 8 a importância que os entrevistados caracterizam para o trabalho do Educador social enquanto área de atuação do campo da Pedagogia.

GRÁFICO 8 – Como você caracteriza a importância do trabalho do Educador Social como campo de atuação da Pedagogia?



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Diante desta pergunta, 100% educadores classificaram suas respostas como a alternativa c) Total importância para a área. Com isto, podemos compreender como reconhecimento ao campo da educação social dentro da Pedagogia, pois ainda que desvalorizada, esta área é de grande importância para o campo pedagógico, podendo desenvolver trabalhos sociais enquanto prevenção e violação de direitos.

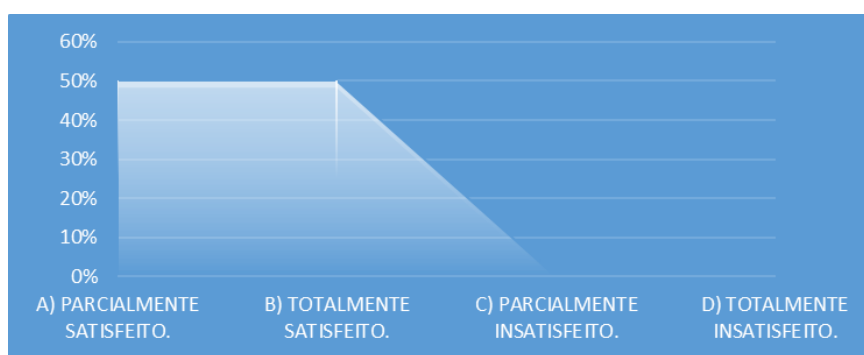
Este entendimento agrega discussões e valorizações para o campo profissional da educação social, pois

De fato, a educação social, popular, comunitária podem exercitar-se também fora da modalidade da educação chamada “formal”. Isso não tira o mérito de nenhuma dessas educações. Contudo, elas são tão “formais” quanto outras, se levamos em conta seu rigor científico, seus fins e objetivos, sua necessidade de reconhecimento, regulamentação e certificação. (GADOTTI, 2012, pág. 6)

Assim, o Pedagogo não deve ficar retido a ideia de educação para sala de aula já que sabemos, da importância da sua atuação em outros âmbitos educacionais o que a efetiva enquanto área de múltiplas alternativas de atuação profissional pedagógica.

No último questionamento realizado aos educadores sociais entrevistados, poderemos refletir acerca da sua satisfação enquanto profissional, que vai ser compreendido no Gráfico 9, após eles serem perguntados ‘Você se sente satisfeito com o trabalho que desenvolve?’.

GRÁFICO 9 – A satisfação enquanto profissional



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Dentre este questionamento, podemos perceber que 50% dos entrevistados se caracterizam como a) Parcialmente satisfeito e os outros 50% como b) Totalmente satisfeito. Isto evidencia que os educadores em questão se encontram satisfeitos com o trabalho que desenvolvem, o que se reflete na sua atuação, pois, a sua satisfação pessoal o auxilia no desenvolvimento de um melhor trabalho e com isto no enfrentamento diário a violação de direitos.

Colocadas estas informações referentes a esta pesquisa, foi possível percebermos que o trabalho desenvolvido pelos educadores sociais nos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é de grande importância para os atendimentos desenvolvidos por estas redes de atendimento socioassistencial, pois, ele é parte integrante e fundamental da equipe que compõe estes serviços, os auxiliando nas intervenções necessárias e assim, a sua intervenção tem fator determinante para estes atendimentos podendo-lhes auxiliar nesta situação complexa de vulnerabilidade social. Com isso, podemos compreender a notoriedade da educação social enquanto profissão da área pedagógica.

CONCLUSÃO

Este estudo mostrou alguns aspectos do funcionamento do trabalho desenvolvido pelos educadores sociais nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS/CREAS), mediante o atendimento a casos de violência doméstica. Além disso, pudemos também analisar como aconteceu o processo de consolidação da Assistência Social no Brasil enquanto política pública de dever do Estado, refletir acerca da violência também em nosso país, como se dá o funcionamento do trabalho do educador social, as suas dificuldades, importância e reconhecimento.

Assim, foi possível perceber que ao longo dos anos e oriundos dos movimentos sociais, a Assistência Social em nosso país pode avançar até a Constituição Federal de 1988 onde ela foi consolidada como política pública nacional garantindo assim sua abrangência a todos aqueles que dela necessitarem. Mas, sua prestação de serviços ainda se encontra por vezes limitada devido o descaso público para com estes serviços em decorrência da falta de disponibilidade de recursos suficientes. Com os problemas sociais cada vez mais abrangentes, pode-se notar que muito ainda precisa ser feito para que este serviço possa se desenvolver como deveria.

A figura profissional do educador social, por vezes, está ligada ao caráter acolhedor e direcionador da rede de serviços, pois, a ele cabe a competência de receber, ouvir e encaminhar os atendimentos aos técnicos que compõem estes serviços.

A vulnerabilidade social encontra-se a cada dia exigindo ainda mais destes profissionais e serviços, as situações de risco ou de efetiva quebra de direitos está a cada mais presente na vida de milhares de pessoas. Diante das discussões expostas neste trabalho também foi possível refletirmos acerca da violência em nosso país, que possui números preocupantes e que evidenciam o aumento nas desigualdades sociais.

Com a problemática da violência no Brasil, a rede socioassistencial fica cada vez mais exigida; as situações conflitantes estão cada vez mais presentes na complexidade das relações sociais.

Diante disto, os educadores sociais que para este estudo contribuíram, compreendem a importância profissional que eles possuem diante este atendimento e evidenciam as dificuldades e limitações presentes em sua prestação de serviços.

Para isto, se faz necessário que os educadores possuam uma boa qualificação profissional, já, que diariamente estes encontram-se expostos a uma complexidade de relações que necessitam de sua intervenção, que deveria acontecer de maneira que possa proporcionar o êxito no atendimento das necessidades do seu público alvo.

Sendo assim, este trabalho deve contribuir para maior conhecimento acerca do trabalho do Educador Social, proporcionando maior compreensão sobre como funciona o atendimento a casos de violência doméstica provindos na rede de apoio socioassistencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Silvia Marcelly Fragas de Oliveira. **A atuação do educador social no Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS Regional Pólo Araçagi-PB**. Dissertação (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2019.

BRASIL, **Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993.

BRASIL, **Política Nacional da Assistência Social – PNAS**. 2004.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990.

COFFERRI, F. F. NOGARO, A. **Competências do pedagogo como educador social**- Promovendo o desenvolvimento psicossocial do ser humano. 2010.

CONCEIÇÃO, Clarisse Maria da. **O fenômeno da violência**: a forma de enfrentamento do Estado na contemporaneidade. São Luiz: 2013.

COSTA, Andréia de Lana. **O comportamento dos alunos na escola e sua possível relação com a violência doméstica na percepção dos profissionais de educação**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

DANTAS, Milena Amelia Franco; RISTUM, Marilena. 'Sob a proteção da polícia': O enfrentamento da violência doméstica contra a criança. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 6, n. 1, p. 67-101.

Disponível em: <http://crianca.mppr.mp.br/2020/03/231/ESTATISTICAS-Tres-criancas-ou-adolescentes-sao-abusadas-sexualmente-no-Brasil-a-cada-hora.html>
Acesso em 04 de novembro de 2020, às 15:32h.

FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 14, 2020.

FERNANDES, Rosa M. C. HELLMANN, Aline. **Dicionário Crítico**: Política de Assistência Social no Brasil. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2016.

FERREIRA, Andressa do Nascimento. **A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL (CRAS) DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA – RJ**. 2013. Dissertação (Bacharel em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária. In: **Congresso Internacional de Pedagogia Social**. 2012.

GARRIDO, Noêmia de Carvalho. Educador social: diferentes campos de atuação, formação e reconhecimento profissional. In: **Proceedings of the 4th. Congresso Internacional de Pedagogia Social Congresso Internacional de Pedagogia Social**. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Luciana Pereira de. **A Educação Infantil diante da violência doméstica contra a criança: compreendendo sentidos e práticas**. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

LOURENÇO, Nelson; CARVALHO, Maria João Leote. **Violência doméstica: Conceito e âmbito. Tipos e espaços de violência**. 2001.

MISSE, Michel. Violência e teoria social. **DILEMAS**: Revista de estudos de Conflito e Controle Social, vol. 9, n. 1, p. 45-63, jan./abr. 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; KRUG, Etienne G. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

SANTOS, Kelly Cristiane dos. *et al.* **As competências pedagógicas do educador social no processo de desenvolvimento humano na educação social**. Maringá: 2017.

SANTOS, Regilaine. BRUN, Adriane BühnerBaglioli. **A política de assistência social no Brasil e os sistemas de proteções do sistema único de assistência social (SUAS)**. 2015.

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS EDUCADORES SOCIAIS AFIM
DE SE COLETAR OS DADOS NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DESTA
PESQUISA.**

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

1. Perfil do entrevistado (Informações a respeito da sua formação, local onde presta este serviço, tempo de trabalho na profissão, e perfil do público que atende).

2. Como funciona o trabalho de um educador social?

3. Como funciona o recebimento de casos de violência doméstica para atendimento?

4. Como funciona o acompanhamento de casos de violência doméstica?

5. Quais as ações que são desenvolvidas por um educador social diante de casos desta importância?

-
-
6. Qual ação é realizada por vocês quando apenas as suas intervenções não são suficientes para atender estes casos?

-
-
-
7. Para você, qual tipo de formação é ideal para que este profissional possa desempenhar um bom trabalho?

- a) Fundamental completo.
- b) Médio completo.
- c) Superior completo.
- d) Sem escolaridade.

8. O Estado lhe oferece recursos suficientes para o atendimento de casos como estes?

- a) Sim, recebo condições suficientes para desenvolver meu trabalho.
- b) Parcialmente, pois ainda necessito de alguns recursos que não obtenho.
- c) Não, pois não obtenho o mínimo de recursos para poder acolher devidamente estas vítimas.

9. Você acredita que a população confia no trabalho que é desenvolvido pela sua profissão nos Centros de Assistências Sociais?

- a) Sim, totalmente.
- b) Parcialmente.
- c) Não, totalmente.

10. Pensando no reconhecimento social que a sua profissão possui, como você avalia isto?

- a) Ótimo reconhecimento.
- b) Bom reconhecimento.
- c) Moderado reconhecimento.
- d) Não há reconhecimento.

11. Qual a maior dificuldade encontrada no acompanhamento de casos de violência doméstica?

- a) Recursos providos do Estado.
 - b) Formação acadêmica.
 - c) A confiança social do trabalho desenvolvido.
 - d) Todas as alternativas.
12. Você acredita que os números de casos que já trabalhou que se caracterizam como violência doméstica correspondem aos índices efetivos de casos?
- a) Discordo totalmente.
 - b) Discordo parcialmente.
 - c) Concordo totalmente.
 - d) Concordo parcialmente.
 - e) Nem concordo, nem discordo.
13. Existe algum tipo de acompanhamento escolar às crianças que são expostas direta ou indiretamente a casos de violência?
- a) Há total acompanhamento.
 - b) Não há total acompanhamento.
 - c) Há parcial acompanhamento.
14. Como você caracteriza a importância do trabalho de educador social como campo de atuação da Pedagogia?
- a) Pouca importância para a área.
 - b) Média importância para a área.
 - c) Total importância para a área.
 - d) Não há importância para a área.
15. Você se sente satisfeito com o trabalho que desenvolve?
- a) Parcialmente satisfeito.
 - b) Totalmente satisfeito.
 - c) Parcialmente insatisfeito.
 - d) Totalmente insatisfeito.

**APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO PARA A PESQUISA
ASSINADO PELOS ENTREVISTADOS**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o(a) aluno(a) de graduação **Andrezza Borges da Silva**, do curso de **Pedagogia** da Universidade Estadual da Paraíba, PB, que pode ser contatado pelo e-mail andrezzaborgesacademica@hotmail.com e pelos telefones (83)996936699 e (83) 991871834. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com Educadores Sociais, visando, por parte do(a) referido(a) aluno(a) a realização de um Trabalho de Conclusão de Curso da disciplina de graduação intitulada de TCC. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será anexada e analisada. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura do Responsável

Paraíba, ____ de _____ de 2020.